

TRAJETOS

cultura e natureza no Sertão do Peri

João Serraglio
Orientador Prof. Dr. César Floriano

Trabalho de Conclusão de Curso
Universidade Federal de Santa Catarina
Departamento de Arquitetura e Urbanismo
Semestre 2009-1

ÍNDICE

INTRODUÇÃO 1

O SERTÃO DO PERI 3

Relevo e Hidrografia
Vegetação
Solo

O PARQUE MUNICIPAL DA LAGOA DO PERI 5

Área de Preservação da paisagem Cultural
Realidade
Crítica
Preservação x Manejo 7
Populações Tradicionais em Áreas de Preservação 8
Sistema Nacional de Unidades de Conservação

PEQUENA HISTÓRIA DO SERTÃO 9

OS AÇORIANOS 10

O ENGENHO DE FARINHA DE MANDIOCA 13

O engenho como articulador da paisagem 15
Construção de engenhos 17
Construções e estrutura fundiária 19
Engenhos e Alambiques
Ruínas 20
Estradas

INTERVENÇÃO 21

O sertão dos caminhos 22
Idiorritmia 23
Pintores-Viajantes
O caminhante 24
População tradicional
O Sertão da Paisagem 25
Eventos 26
Trajeto Chico 27
Casa do Homem do peri 30
Trajeto Cachoeira 32
Trajeto Cachaça 33
Demarcação Física e Programação Visual 36
Proposta de zoneamento 37
Corredores ecológicos 38

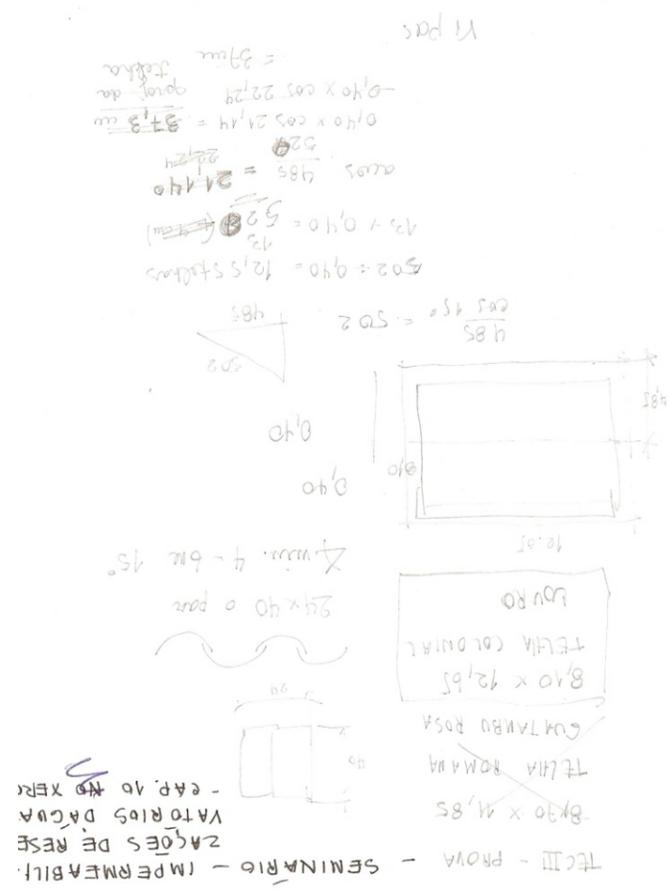
BIBLIOGRAFIA 39

Neste trabalho foram usadas apenas fontes digitais de distribuição gratuita. O texto foi composto em tipo Delicious 16pt. Títulos em tipo Museu Sans 500. Legendas em tipo Lacuna 12 pt.

Fazem parte do trabalho dois mapas coloridos do Sertão do Peri, elaborados pelo autor.

Impresso na Gráfica PostMix em Florianópolis

Encadernado à mão por João Serraglio e Mayná Quintana numa casa do Itacorubi no inverno de 2009.



INTRODUÇÃO

Peri significa o que fica ao redor, o que envolve, como na palavra periferia, ou perímetro. O Sertão do Peri está envolto pela cidade de Florianópolis, dentro de uma área de preservação permanente, no meio dos morros que desenharam a Ilha de Santa Catarina. Mas o Sertão do Peri envolve a cidade, porque lá está guardado o segredo das gentes que povoaram o local. Esses segredos falam sobre como era a ilha antes da ponte e de todas as pessoas que atravessaram a ponte pra viver aqui. Esses segredos significam o que é comer essa terra e ouvir esse vento que balança os cabelos. Esse silêncio são esses segredos, nessa hora da madrugada. Então o Sertão do Peri envolve a cidade, porque é pra lá que temos que olhar para entender os escritos desse palimpsesto, escritos que já foram apagados, escritos e re-escritos.

TRANSDUÇÃO

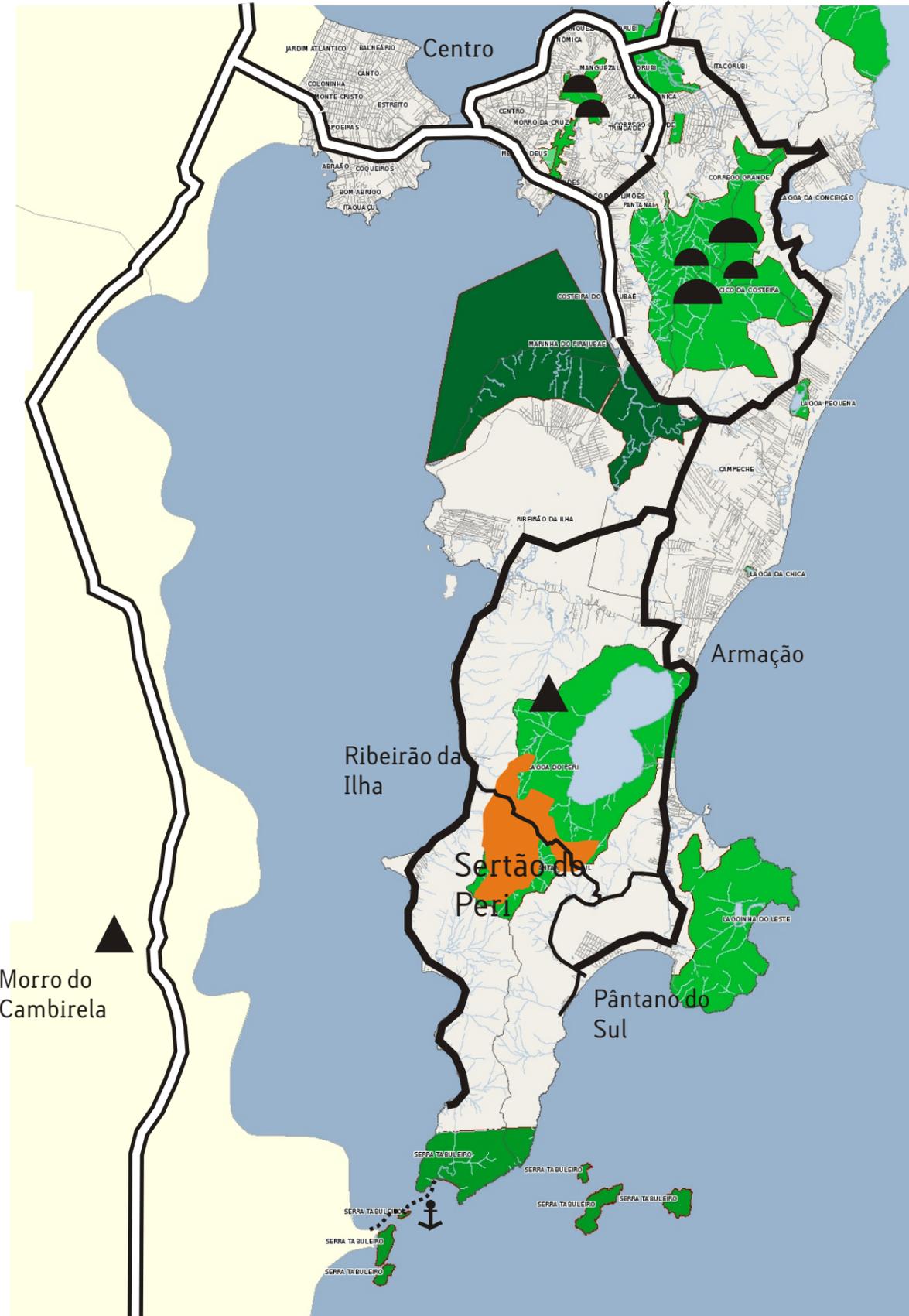
A partir da situação concreta foi-se tecendo este trabalho. Um estudo de caso. Esse foi o método, ao mesmo tempo leitura e proposição, cartografia sentimental e materialismo dialético. Aos poucos vamos descascando as camadas que o tempo sobrepôs no Sertão. Começamos com a descrição do espaço físico, que existe e é mais antigo do que os

homens, depois passamos para os primeiros habitantes humanos do local e como se comportaram na relação com a natureza, para, seguindo o curso da história, tentar compreender o ato radical da colonização, o encontro de culturas e a geração de um novo modelo espacial, chegando ao presente com ferramentas para entender o que o homem contemporâneo chamou de Área de Preservação da Paisagem Cultural, para passarmos, então, às propostas para o futuro do Sertão.

Uma tradição só pode existir enquanto singularidade em relação às outras tradições. Por isso a partir da comparação com outras realidades tectônicas, como os engenhos de cana do resto do Brasil e a arqueologia industrial tentamos variar sobre as particularidades que o homem do Sertão imprimiu sobre a terra em que viveu e vive, e, num contexto de aculturação violenta, talvez essa história seja observada pela última vez.

Um plano-ensaio, então, que fale como os engenhos falam.

Uma volta às origens, para alimentar a fome de informação.



O SERTÃO DO PERI

A região do Sertão do Peri se situa no Sul da Ilha de Santa Catarina, dentro da Área de Preservação da Paisagem Cultural do Parque Municipal da Lagoa do Peri, na área de influência da Bacia Hidrográfica da Lagoa do Peri, nas terras altas circundadas pelo Morro da Chapada ao Norte, Morro do Peri ao Leste, Morro da Boa Vista em sua porção meridional e Morro da Tapera à Sudoeste. Foi nos vales desenhados nas intersecções desses morros, irrigados pelos rios e córregos que deságuam na Lagoa do Peri, que, ainda no século XVIII, se instalou o colonizador trazido dos Açores.

Relevo e hidrografia

Geologicamente a bacia da Lagoa do Peri é formada pelo complexo cristalino pré-cambriano e por depósitos sedimentares quaternários. O substrato cristalino compreende o relevo acidentado com cristas angulosas intercaladas por colos e topos, enquanto os sedimentos recentes se estendem pela faixa de restinga à leste da bacia. Na maioria das encostas predominam declividades acentuadas entre 20% e 45%. Essas formações geológicas imprimem uma elevada complexidade topográfica à paisagem, e o contraste “acidentado/plano” permeia a apreciação visual de toda a bacia da Lagoa, contrapondo o ambiente linear da lagoa com a textura da floresta atlântica recortada pela sinuosidade barroca das cristas dos morros.

Os principais tributários da Lagoa do Peri são os rios Ribeirão Grande e Cachoeira Grande. O primeiro drena um percurso de 4,6 Km e o segundo

1,2. Não são rios caudalosos. Em virtude das rupturas do declive apresentam vários trechos encachoeirados. Os acessos à essas cachoeiras e poções são feitos por trilhas a partir do caminho do Sertão e da sede do Parque. Alguns desses poções tem uma certa profundidade, permitindo o salto de ponta, em direção ao fundo, coisa a que só os muito conhecedores da geografia destes poços se aplicam.

Vegetação

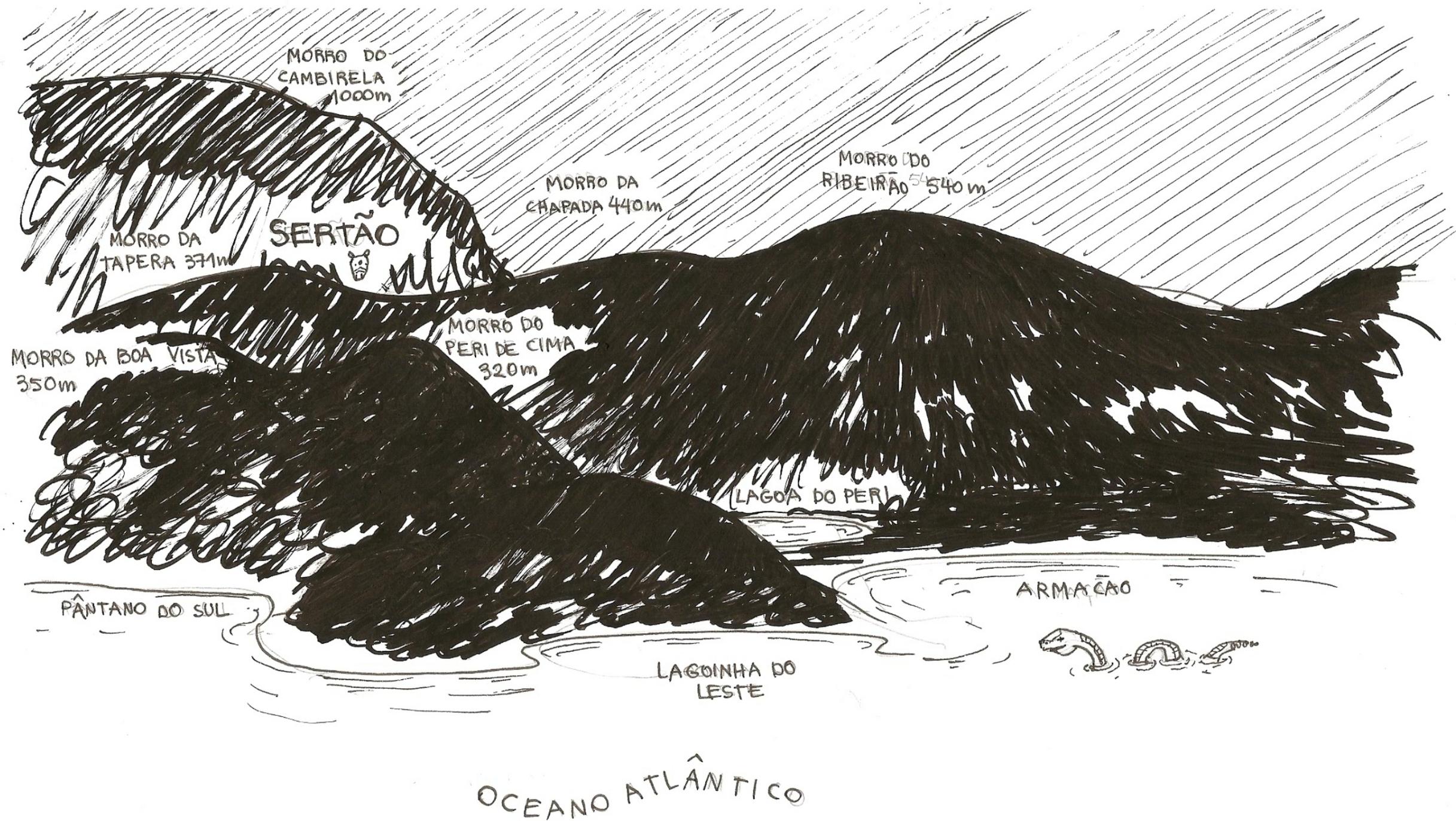
A vegetação que predomina na área do Sertão é a Floresta Pluvial Atlântica, teoricamente formada por dois estratos. O “estrato superior” é formado por espécies que chegam aos 30 metros, árvores frondosas de troncos grossos e copas largas de densa folhagem, como canela-preta, peroba, garuva, garapuvu, aguá, baguaçu, guaraparim, figueira-de-folha-miúda. O “estrato médio” é formado por árvores com altura em torno de nove metros, como o palmiteiro, bacopari, guaramirim-de-folha-miúda, cortiça, canela-pimenta, guaraparim-miúdo, pixirica, guaramirim-vermelho. Abaixo está o “estrato arbustivo”, com até três metros, e depois o “estrato herbáceo”, cobertura que não é muito densa, formado por xaxins, samambaias, marantáceas e gramíneas. Aparecem ainda outras formas biológicas como epífitas (orquídeas, bromélias), lianas (trepadeiras, cipós), parasitas e palmeiras. Foi com essas árvores frondosas que o colonizador forjou o mecanismo do seu engenho, e os esteios para sustentar o teto que o protegeu, combinado com as galhadas mais finas do estrato médio. As espécies



preferidas eram a canela-preta, canela-sassafrás, peroba-vermelha e ipê, que eram utilizadas de acordo com suas virtudes específicas. As bromélias, orquídeas e palmeiras embelezavam o seu jardim, e sabe-se, mais recentemente, da coleta predatória destas espécies no mato para comercialização por floristas da cidade. Hoje a extração de madeiras também é proibida, em virtude de se tratar de área de preservação permanente. Há que se ressaltar a presença de várias manchas de matas primárias e secundárias, isto é, matas em processo de regeneração, onde foram as lavouras e pastagens dos numerosos sítios na época de ouro da agricultura. Algumas glebas da área de preservação da paisagem cultural ainda funcionam como lavouras e pastos. Numa área degradada são necessários 100 anos para que a floresta se instale definitivamente

Solo

Os solos do tipo Araranguá, que caracterizam as áreas cultiváveis dessas encostas apresentam baixa fertilidade natural, com reservas mínimas de potássio, fósforo e magnésio, muita areia e baixa retenção de umidade. São aptos para culturas permanentes, lavouras anuais de extensão limitada, o que condiz com a opção do colonizador pela mandioca, feijão, milho e cana, principalmente, tendo em vista que o homem do Peri não utilizava técnicas de correção dos solos, mas somente a coivara e a rotação de culturas, que aprendeu com o indígena junto com o cultivo da mandioca e o preparo da farinha.



O PARQUE MUNICIPAL DA LAGOA DO PERI

O Parque Municipal da Lagoa do Peri surgiu a partir de um decreto municipal de 1976, mas só foi delimitado e instalado em 1982. Foi fruto de intenso processo de pesquisas e estudos e representa um sobreposição de interesses que convergem quanto a preservação daquela área. O Parque compreende a bacia hidrográfica da Lagoa do Peri e seus limites estão na crista dos morros que marca o divisor de águas da bacia. O Plano Diretor do Parque da Lagoa do Peri, elaborado pelo IPUF, é que discorre sobre as questões legais relativas a área do parque. Pode-se considerar o Plano Diretor muito avançado para a época, em especial por levar em consideração as populações tradicionais que vivem no parque, dando ênfase para a importância cultural dessa presença, ao contrário das reservas puramente preservacionistas. O Parque está dividido em três zonas: Área de Reserva Biológica, Área de Preservação da Paisagem Cultural e Área de Lazer.

O Sertão do Peri está localizado na Área de Preservação da Paisagem Cultural.

Área de Preservação da Paisagem Cultural

“A Área de Preservação da Paisagem Cultural corresponde às porções de terras em que se desenvolvem as atividades agrícolas a nível de subsistência e de transformação de caráter artesanal. A manutenção das atividades tradicionais que se desenvolvem na área e a permanência dos atuais moradores significam a curto e médio prazo, uma forma de garantir a própria preservação dos recursos naturais na localidade. A longo prazo, dada a tendência natural da decadência dessas atividades, poderá se transformar em área de parque dos engenhos pelo importante patrimônio cultural já instalado”. (IPUF, 1978, Seção XII)



O IPUF propôs como atividades do parque um programa de preservação dos engenhos, um projeto de caracterização sócio-cultural da comunidade do sertão do Peri e um programa de assistência técnica aos moradores do sertão.

“Um importante componente, já enfatizado, são os engenhos no interior da bacia, mais precisamente no Sertão do Peri. A importância é relevante uma vez que os moradores do Sertão formam o último reduto de famílias que testemunha uma atividade em desaparecimento, nos moldes artesanais em que se processa a fabricação da farinha de mandioca. O interesse turístico e o valor cultural de que são impregnados os engenhos têm nas precárias condições de acesso ao sertão a única forma de proteção, devendo ser alvo de outras medidas preservacionistas para maior garantia do estado e condições atuais”. (IPUF, 1978, Seção X)

O IPUF previa também a criação do “Parque dos Engenhos”, confiando no fato de que eles já vinham se tornando obsoletos.

“A preservação dos engenhos se reveste de importância crescente na medida em que esse patrimônio deverá significar, futuramente, um centro de atração à visitação turística, desde que venha se repetir aqui a tendência natural de decadência dessas atividades primitivas e tradicionais. De acordo com essa tendência a Área de Paisagem Cultural passará gradativamente a assumir as feições de Área de Parque dos Engenhos”. (IPUF, 1978, Seção XIII)

Realidade

Na prática foi bem diferente. A criação do Parque gerou uma forte sensação de insegurança e frustração na população que viu aquilo acontecer sem a sua vontade. As propostas de conservação dos engenhos e de assistência técnica aos moradores nunca foram realizadas. Os habitantes foram proibidos de plantar, coletar e construir como vinham fazendo de forma rudimentar, sem que se apresentasse uma outra opção de manejo do solo. Aconteceu o êxodo e as pessoas passaram a buscar empregos na cidade. Dos 22 engenhos que existiam quando da instalação do parque, hoje 2 ainda mantém o funcionamento. Muitos estão em ruínas e outros vem sendo desmanchados pelo valor de relíquia das peças de madeira maciça pelas quais era formado. A população reclama da falta de tato dos fiscais. Só ficou lá quem era teimoso. Dizem que

vários terrenos, quando da instalação do parque, foram vendidos para um sujeito do sul do estado.

Embora o Plano Diretor buscase contemplar a população do Sertão e tê-la como companheira na preservação e fiscalização, efetivamente a população se viu alienada dos processos do parque, e só tinha contato com ele na forma de repressão da parte dos fiscais. A preservação da floresta gerada pela instalação do parque, inclusive com aumento da área coberta pela floresta atlântica, significou a desfiguração sócio-econômica dessa população, e seu afastamento da lida no campo. No espaço de uma geração a decadência física dos engenhos foi evidente, baixando de 22 engenhos existentes em 1978 para 5 engenhos hoje, em 2009. Em parte a culpa por esta decadência é do parque, ao mesmo tempo em que é dele também parte do mérito pela sua preservação.

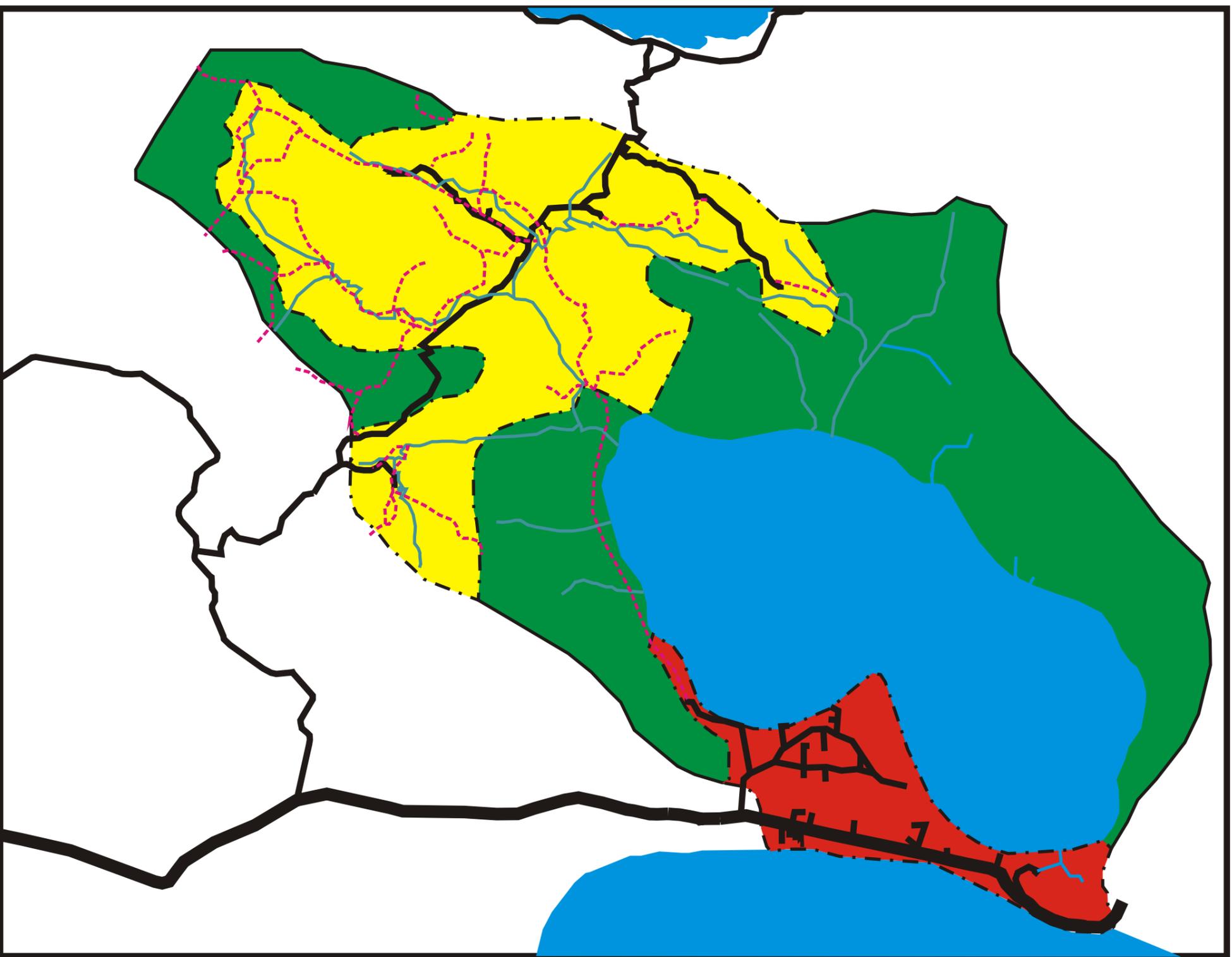
A falta de uma política municipal clara em relação ao meio ambiente, a falta de continuidade e de planejamento participativo e principalmente a falta de vontade política dos grupos que se mantêm no poder fazem com que as ações relativas à cultura e meio ambiente se restrinjam a interesses imediatos e estranhos às comunidades envolvidas.

Crítica

Cabe aqui uma revisão crítica da postura do IPUF em relação ao patrimônio histórico dos engenhos. Com a pretensão da obsolescência dos engenhos o plano reveste-se de caráter profético, além de advogar uma preservação dos engenhos como cenário e não como paisagem vivida. Ao pregar a preservação das edificações e não dos processos que as justificam o IPUF declara a morte desse modo de vida enquanto realidade. A categoria de patrimônio imaterial, que atualmente povoa as discussões sobre patrimônio histórico, sublinha as estratégias de preservação do conjunto de tradições e saberes que organizam as sociedades tradicionais, o que se relaciona com a preservação do conhecimento, passado de pai para filho, do modo de construir e utilizar os engenhos e alambiques artesanais. De fato, apesar de todas as profecias e proibições, a tradição continua falando mais alto, e a população continua ligada à terra. Teimosamente e sem nenhuma orientação alguns alambiques e engenhos continuam trabalhando, em parte pela ajuda de comerciantes da região que se dispõem a comprar o grosso da produção.

Parque Municipal da Lagoa do Peri

Divisões sem escala



Área de Preservação da Paisagem Cultural

Área da Reserva Biológica

Área de Lazer

Preservação x Manejo

“A indústria do turismo exalta (...) este tipo de utilitarismo ambiental (...) que requer uma preservação meramente estética” (DIEGUES, 1993)



O modelo brasileiro de unidades de conservação deriva do modelo americano, criado no século retrasado nos Estados Unidos, que depois se expandiu para o Canadá e Europa e nos anos sessenta para o resto do mundo, e a criação de parques e reservas passou a ser um dos principais elementos de estratégia para conservação da natureza, em particular nos países do terceiro mundo. O sistema americano foi criado com o objetivo de proteger as áreas selvagens (wilderness) ameaçadas pelo avanço ilimitado da população urbano-industrial.

Outra vertente, de cepa funcionalista, acredita que as florestas e áreas de preservação devem servir para todos ou muitos, e prega o manejo racional (sic) das áreas verdes como forma de retribuir à sociedade que a preserva. É o utilitarismo ou antropocentrismo, que acredita que a natureza deve acima de tudo servir ao homem.

A primeira concepção escorre para o campo do idealismo, quando imagina a natureza apartada da existência humana. O conceito de wilderness marca uma separação sociedade/natureza que é insustentável. Preservar áreas selvagens como ilhas circundadas pela civilização leva a sua própria destruição. Esse modelo, fruto da sociedade americana em vias de hiper-industrialização, supõe

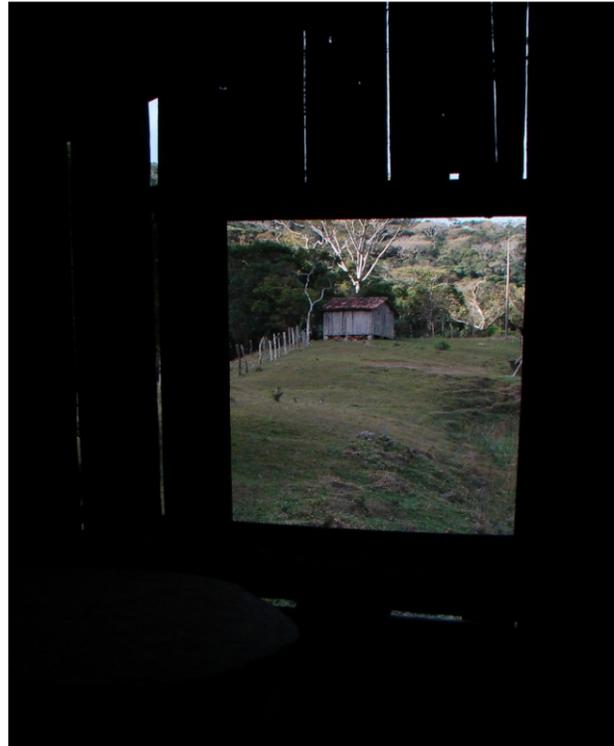
que a alteração de toda biosfera pelo ser humano é inevitável. Além disso, o preservacionismo se apresenta como fruto de uma visão etnocêntrica, que não levou em conta o manejo tradicional das áreas do novo mundo, e, ainda, reflete uma percepção das populações urbanas sobre a natureza.

“Este tipo de preservacionismo é algumas vezes inadequadamente seletivo na medida em que privilegia áreas que são apelativas esteticamente segundo valores ocidentais (grand canyons, rios caudalosos, etc...) em detrimento a regiões de beleza menos sublime como brejos, pântanos, etc...” (RODMAN, 1973 apud DIEGUES, 1993)

O segundo ponto de vista, no outro extremo, é altamente destrutivo e é consensual o seu descrédito.

No Parque da Lagoa do Peri tem-se o exemplo de uma atitude preservacionista na Área de Reserva Biológica, e o antropocentrismo (fator importante na criação do parque) na utilização da água da lagoa pela CASAN para distribuição na cidade. Na Área de Preservação da Paisagem Cultural a situação é diferente, e essa foi considerada uma posição bastante avançada para a época.

A preservação da natureza é muito mais do que uma floresta verdejante de árvores copadas, ou uma bela lagoa refletindo o céu azul.



Populações tradicionais em Áreas de Preservação

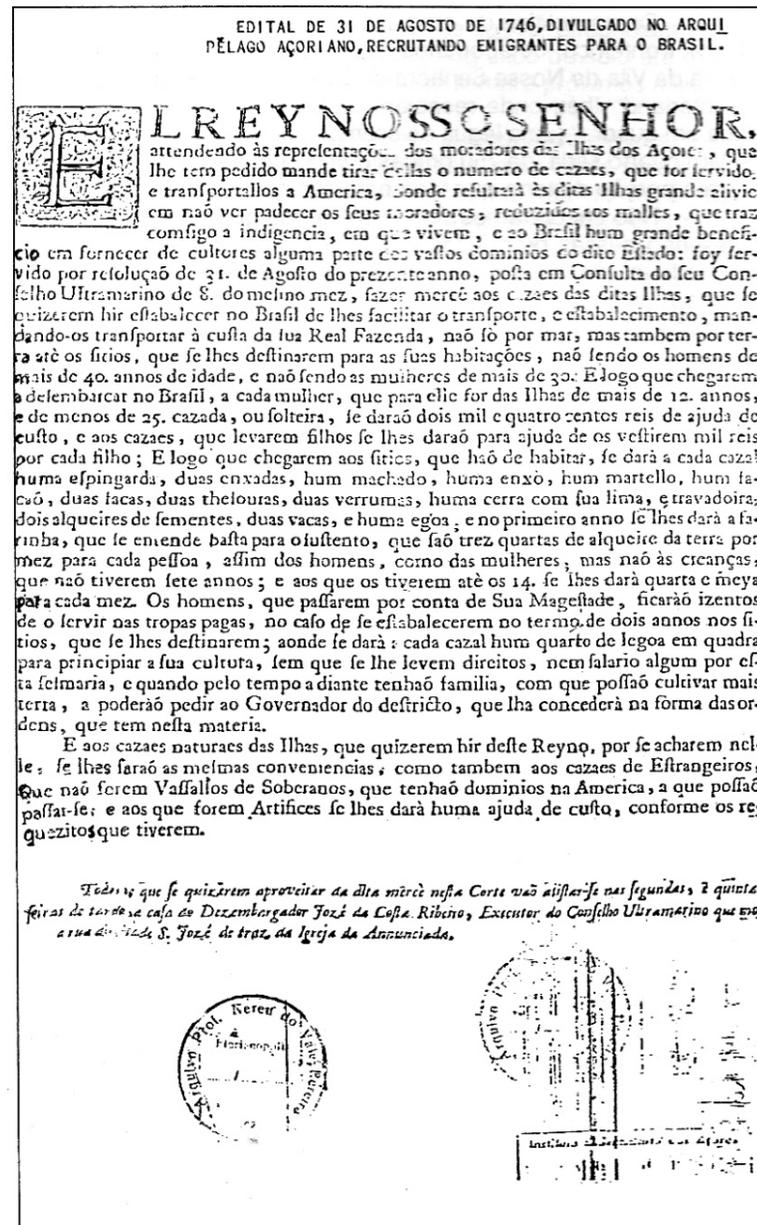
Vem sendo pensada, no caso de áreas de preservação ocupadas por populações tradicionais, uma terceira hipótese: a do manejo sustentável. Essa hipótese é categórica na idéia de preservação das florestas, mas nesse caso o ser humano aparece como parte integrante da natureza. Partindo da observação e experiência das populações tradicionais no trato com a floresta, juntando-se técnicas modernas de pesquisa e manejo agroflorestal e pensando na natureza como uma totalidade na qual o homem está incluído, está se pensando na perpetuação da floresta e não na sua preservação como adereço estético.

As populações tradicionais são responsáveis pelo fato da natureza do lugar, que venha a se tornar área de preservação, estar preservada, pois ela esteve ali durante gerações retirando seu sustento da floresta, sem, contudo, destruí-la; a noção de propriedade fundiária se referia mais à necessidade, áreas onde crescia a floresta eram tidas como terras comunais e eram vistas com simpatia, pois dali se tirava a lenha, a caça e a casa, numa percepção diferente da visão urbana de wilderness.

Sistema nacional de unidades de conservação

O Governo Federal apresentou em 2000 a Sistema Nacional de Unidades de Conservação, construído de modo a ordenar as áreas protegidas nos níveis federal, estadual e municipal. Todas essas áreas de preservação terão de se adequar ao SNUC, enquadrando-se nas categorias previstas em lei específica. Sendo assim, a atual “Área de Preservação da Paisagem Cultural” deverá passar a “Reserva de Desenvolvimento Sustentável”, que, segundo a lei federal, seria “uma área natural que abriga populações tradicionais, cuja existência baseia-se em sistemas sustentáveis de exploração dos recursos naturais, desenvolvidos ao longo de gerações e adaptados às condições ecológicas locais”. Entre outras coisas a lei dispõe que a “Reserva de Desenvolvimento Sustentável será gerida por um Conselho Deliberativo, presidido pelo órgão responsável por sua administração e constituído por representantes de órgãos públicos, de organizações da sociedade civil e das populações tradicionais residentes na área” e que “o Plano de Manejo da Reserva de Desenvolvimento Sustentável definirá as zonas de proteção integral, de uso sustentável e de amortecimento e corredores ecológicos, e ser aprovado pelo Conselho Deliberativo da unidade”.

PEQUENA HISTÓRIA DO SERTÃO DO PERI



Edital de 1746 convocando os colonos dos Açores a emigrarem

- Primeira metade do Séc. XVIII a Ilha torna-se sede do governo catarinense. O Governador José da Silva Paes solicita povoadores à Coroa.
- 1746 Autorização do Conselho Ultramarino e determinação de D. João V. Os Açorianos são incentivados a deixar o arquipélago.
- 1761 é fundada a freguesia de Nossa Senhora da Lapa do Ribeirão habitada pelo colonizador açoriano.
- 1768 Surge o modelo de engenho de cangalha em Santa Catarina.
- final do século XVIII começa a ocupação do Sertão do Ribeirão por locais.
- triênio 1866-1869 auge da exportação da farinha de mandioca no estado.
- final do século XIX segundo o museu da UFSC haviam no Sertão do Peri 35 engenhos.
- 1952 um decreto presidencial qualificou todo o sul da Ilha como zona de "Florestas Remanescentes".
- 1967-1976 período de maior decadência da agricultura familiar na ilha, crescimento urbano e do turismo, e concorrência com a agricultura industrializada
- 1976 é aberta a estrada que vai do Ribeirão até a Costa de Dentro passando pelo Peri de Cima, Sertão de Dentro, Sertão de Cima, Sertão de Fora, Indaiá e Sertão do Ribeirão.
- 1976 a bacia hidrográfica da Lagoa do Peri é tombada como patrimônio natural do município.
- 1978 é inaugurada a Escola Isolada do Sertão do Peri para atender crianças de primeira a quarta série.
- 1978 o IPUF apresenta o projeto de criação do Parque Municipal da Lagoa do Peri, aprovado pela Câmara em 1982. A Lagoa do Peri e toda a área de influência da bacia da Lagoa do Peri passam a ser uma unidade de conservação.
- 1987 o parque é aberto para visitação pública.
- Final dos oitenta é construída a Igrejinha.

OS AÇORIANOS

“A abundância de terras e a escassez da força de trabalho na colonização do Brasil determinaram a existência de dois possíveis modos de produção: escravismo dominante e pequena produção mercantil marginal”

Nazareno José de Campos: Terras Comunais na Ilha de Santa Catarina.

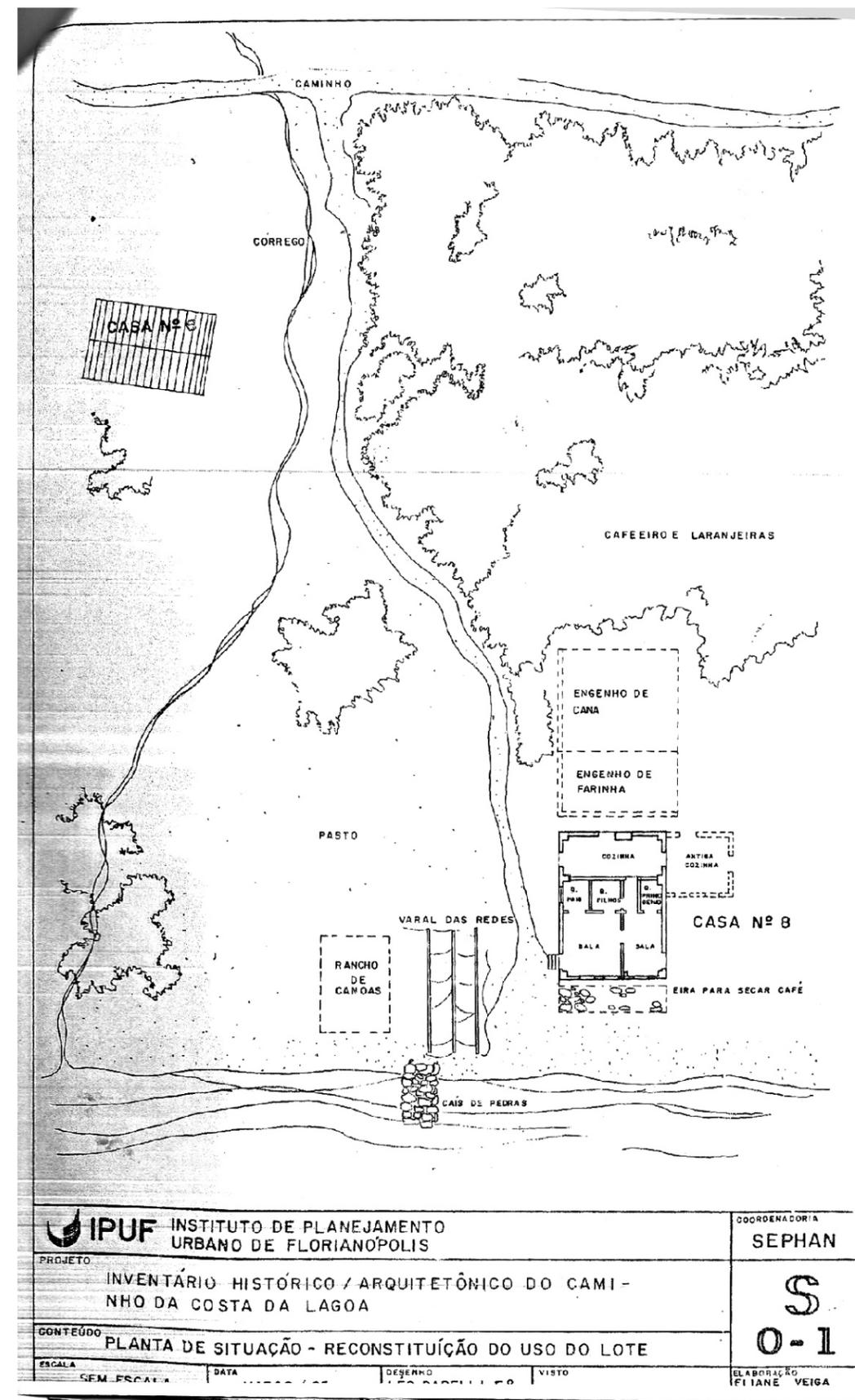
A Ilha dos Açores foi colonizada sessenta anos antes do Brasil, num contexto de vazio demográfico das ilhas, colonização que redundou em simples transferência de população. O habitat do açoriano se diferenciou do de Portugal pelo isolamento geográfico, mantendo uma estrutura conservadora, não assimilando a modernização que chegou ao continente. No início do século XVIII chega a Europa a notícia da descoberta do ouro no Brasil e motiva uma debandada da população portuguesa, obrigando a Coroa a impor restrições com medo do despovoamento. Essa atitude entra em contradição com a política expansionista portuguesa, que se via na obrigação de ocupar efetivamente as terras meridionais da colônia sob o risco de perder sua posse para os espanhóis. Assim a solução foi reforçar a proteção militar desses territórios e estimular a emigração dos açorianos e, em menor escala, madeirenses, cuja superpopulação e dificuldades geográficas, além da pouca assistência da metrópole, lhes impunha uma condição de miséria.

Tentativas de ocupação do território da Ilha de Santa Catarina e continente adjacente ocorreram desde meados do século XVII, nunca tendo logrado êxito. Como não se tratava de regiões aptas para a produção de gêneros tropicais de grande valor comercial, como o açúcar ou outros, foi-se obrigado a recorrer às camadas médias e pobres da população portuguesa e oferecer grandes vantagens aos colonos que aceitavam ir-se estabelecer ali (PRADO Jr.). As promessas do Novo Mundo aliadas à situação miserável dos domínios insulares portugueses do Atlântico Norte fizeram com que a Ilha recebesse seis mil imigrantes entre 1748 e 1756. Segundo Walter Piazza foram poucos os que viram serem realizadas as promessas da Coroa. Conforme as notícias das dificuldades sentidas pelos colonos chegavam a Portugal diminuía os fluxos emigratórios, chegando ao ponto extremo de tornar-se o alistamento compulsório.

Quando o homem dos Açores aqui chegou encontrou não poucas dificuldades. Os olhos da metrópole voltavam-se para o Nordeste e Sudeste, sacudidos pela descoberta do ouro e o ciclo econômico do açúcar, que movimentavam grandes contingentes, de dinheiro, mercadorias e escravos. Deitar a floresta no braço com umas poucas ferramentas, cultivar a terra deficiente e diversa da terra do Açores natal e trabalhar para a subsistência e para o sustento de uma massa populacional composta por militares e funcionários públicos que não tinham ou não queriam ter afinidade com a terra, muitas vezes sem receber nada em troca.

“Huma das causas principais da decadência q. se experimenta na cultura desta Ilha, he que falta dos dinheiros da Fazenda Real, para pagarem proptamente aos lavradores, as farinhas que se lhe tomam todos os annos, para o sustento da tropa. Eles estão realmente tão possuídos deste receio, pela experiência daq. se lhes deve dos annos antecedentes q'já vão plantando muito pouca, alem daquelas q'lhes hé necessária para o seu gasto; Eu tenho mesmo huma prova convincente, sempre que mando fazer a arrolação das sobreditas farinhas, aqual não se consegue nunca, sem muitas dificuldades, a meças e as vezes castigos. Esta deminuição obriga indispensavelmente providenciar q. não fiquem os povos sem sustento, evendo-se os lavradores cercados destes dois embaraços, deixão de aumentar suas plantaçoens, amedida doq. cada hum deles faria, se as podesse exportar livremente e selhe pagassem com prontidão aquelas que se lhes tomão por conta da Real Fazenda.”

João A. de M. Ribeiro. Relatório de 1798. Rio de Janeiro Biblioteca Nacional, Seção de Manuscritos. Citado por Nazareno José de Campos. Terras Comunais na Ilha de Santa Catarina, 1991, pág 32.



Casa açoriana rural do litoral. Esse tipo de implantação difere da do Sertão pelo fato do habitante do Sertão não estar ligado ao mar.

Aqui eles desenvolvem uma cultura baseada na pequena propriedade com mão-de-obra familiar. Adaptam a tecnologia dos engenhos trazida dos Açores para o fabrico da farinha de mandioca e criam sua indústria artesanal do campo. Engenhos de açúcar, de farinha, alambiques, confecção de roupas em teares próprios, produção de móveis, louças de barro, ferramentas, utensílios caseiros, culturas permanentes como mandioca, feijão, milho e cana, além da coleta e pastoreio fazem parte das atividades.

O galpão do engenho é a forma arquetípica da construção no campo, e a farinha de mandioca pode funcionar como moeda de troca. De fato ao redor do engenho e da farinha de mandioca aparece uma agitação econômica e no triênio 1866-1869 acontece o "miniboom" da economia catarinense motivado principalmente pela exportação da farinha de mandioca.

"Ignácio Rangel utiliza o termo 'complexo rural'

o qual mostra a agricultura uma atividade bastante complexa. KRAUTSKY (1980) fala de uma indústria artesanal do campo" (CAMPOS)

Diferentemente do que ocorreu na maior parte da Colônia, mão-de-obra escrava e grandes latifúndios com produção direcionada ao mercado europeu, a opção do assentamento de casais açorianos em pequenas propriedades teria a função de efetivar a ocupação através da figura do colono-soldado que serviria tanto às necessidades das milícias quanto ao abastecimento das populações não-produtivas (milícias, corpo administrativo)

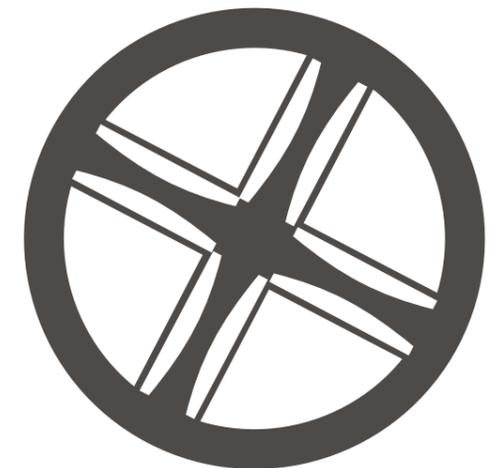
"...Conveniência de serem mandados casais das ilhas e alguns recrutas, o que seria utilíssimo, porque assim se aumentaria a cultura daquelas terras, que eram próprias não só para todos os frutos da América, se não também da Europa, e que dos filhos dos mesmos casais se recrutariam o terço e as tropas que ali assistissem e que seriam mais permanentes que os de fora."

Brigadeiro José da Silva Paes citado por Nazareno José de Campos. Terras Comunais na Ilha de Santa Catarina, 1991, pág 24.

A propriedade fundiária muito subdividida, a produção voltada para economia interna, o trabalho escravo raro, quase inexistente, a população etnicamente homogênea e a imigração estimulada de grupos familiares, além da ênfase na agricultura enquanto no Sul do país imperava o ciclo econômico da pecuária, representado espacialmente pelas estâncias do interior, fazem

com que esta empreitada fuja "inteiramente às normas da colonização tropical, formando uma ilha neste Brasil de grandes domínios escravocratas e seus derivados" (PRADO Jr.).

Nazareno atribui o fato da exportação da farinha apresentar ciclos incostantes de aquecimento e resfriamento a uma estratégia carioca de controle dos mercados produtores, conseguindo assim margens de lucro favoráveis, ora comprando de Santa Catarina, ora do Rio Grande do Sul e Espírito Santo. Os momentos de aquecimento da economia favoreciam o produtor ilhéu propiciando lucros que eram revertidos em melhorias, mas que mesmo assim não chegaram a resultar numa industrialização da produção. Segundo o Professor Nereu do Vale Pereira isso se daria pelo fato do imigrante açoriano ter estado à parte da Segunda Revolução Industrial que acontecia na Europa, enquanto os colonos da Europa continental, que vieram depois, já haviam tido contato com o novo modo de vida decorrente da sociedade da máquina. Quando a produção manufatureira passa a concorrer com a produção mecanizada do Vale do Itajaí, aliada a pressão exercida pela especulação de terras na Ilha de Santa Catarina, e sob a crise geral da agricultura no Brasil e no Terceiro Mundo, padece a sociedade do engenho.





O ENGENHO DE FARINHA DE MANDIOCA

homem, trabalho e cultura

“Os engenhos de roda que executam trabalhos, gestos e coisas estranhas, vem diretamente do demônio”.

da Velha Crônica de Nurembergue, datada de 1394, citada por Pierre Jacard na História Social do Trabalho.

Quando o europeu chegou à Ilha de Santa Catarina encontrou-a habitada pelos Carijós, um braço da família Guarani que se espalha pelo litoral do Brasil. Os viajantes do século XVI relatam vários encontros com esses povos. Com o passar dos anos e com a frequência dessas “visitas” eles passam a não ser mais reconhecidos entre as gentes que habitam o local. O fato de os guaranis serem semi-nômades fazia com que eles mudassem com muita facilidade de lugar quando se sentiam incomodados, e provavelmente é o que deve ter acontecido quando perdeu a graça a presença do homem branco nas terras em que habitavam. Na divisão do trabalho da tribo cabia às mulheres as tarefas domésticas e a agricultura. Aos homens cabia o artesanato, a caça, a coleta e a guerra. Essas mulheres foram as que guardaram os segredos do cultivo da mandioca, que foram passados aos conquistadores logo que se estabeleceram na Ilha junto aos índios. Para os Carijós o cultivo do solo fraco se baseava na prática da coivara, que era a queimada do mato para que ele ficasse forte, e então apto para agricultura. Depois de alguns anos, quando o solo novamente estava desgastado, a tribo mudava de lugar, buscando novas terras. Esse ciclo milenar, associado ao nomadismo guarani, garantia a rotação das terras evitando o desgaste definitivo. Com a raiz da mandioca, preparavam a farinha, que, desidratada, tinha uma vida útil mais longa, podendo ser armazenada para o consumo durante a estação fria. Esses dois costumes, a coivara e a produção da farinha da mandioca, o colonizador açoriano herdou do indígena original.

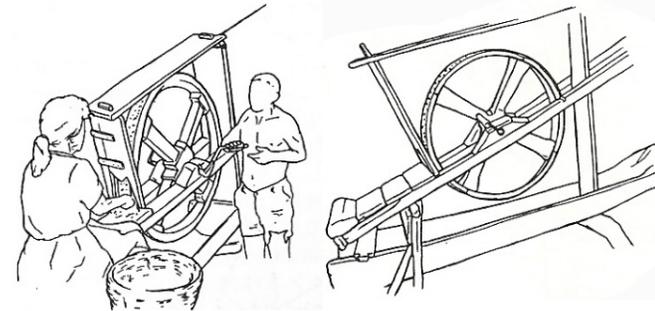


FIG. 1 - Engenho chamarrita ou pouca-pressa
Crédito: Nereu do Vale Pereira

Nessa altura aparece o engenho, misto da tecnologia indígena da fabricação da mandioca com o conhecimento mecânico ocidental. Mecanismos de engenho são conhecidos há muito tempo na cultura do ocidente, desde o Egito pelo menos, e a nomenclatura das peças do engenho tradicional deixa clara a influência árabe: alambique, almanjarra. O colonizador açoriano tentou desenvolver aqui as lavouras de trigo e de linho cânhamo, tradicionais nos Açores, empreitada na qual não foi bem sucedido, devido às diferenças de clima, solo e relevo. É interessante lembrar que o linho cânhamo é a cannabis sativa, a popular maconha, que era usada para fabricar tecidos finos, entre outros usos, no que reparou Saint-Hilaire a ponto de citar a beleza e asseamento dos trajes das mulheres do campo. O trigo foi substituído pela mandioca, e o linho pelo algodão. E com eles os métodos de moenda foram adaptados para a ralagem da mandioca. No Brasil se utilizava a roda para ralar mandioca “chamarrita” ou de “pouca pressa” (FIG. 1). Do Nordeste até o Paraná o espaço onde se trabalha a mandioca era chamado de casa de farinha (FIG. 2). O que aconteceu aqui foi a criação do galpão de engenho, fechado e coberto, que abrigava uma “roda-mestra” movimentada geralmente por vacas, ou então por água, que transmitia o movimento através de “rodetes” fazendo funcionar a “roda sevadeira”(FIG. 3) de um lado, onde se rala a mandioca, e do outro a “espanadeira” (FIG. 4) que movimenta a farinha já prensada e seca no forno para que não queime, até torrâ-la. Esse mecanismo híbrido, filho do pensamento cartesiano europeu com a agricultura nômade indígena, neto dos mouros, egípcios e aruaques, é que organizou o modo de vida do colono açoriano por mais de dois séculos.

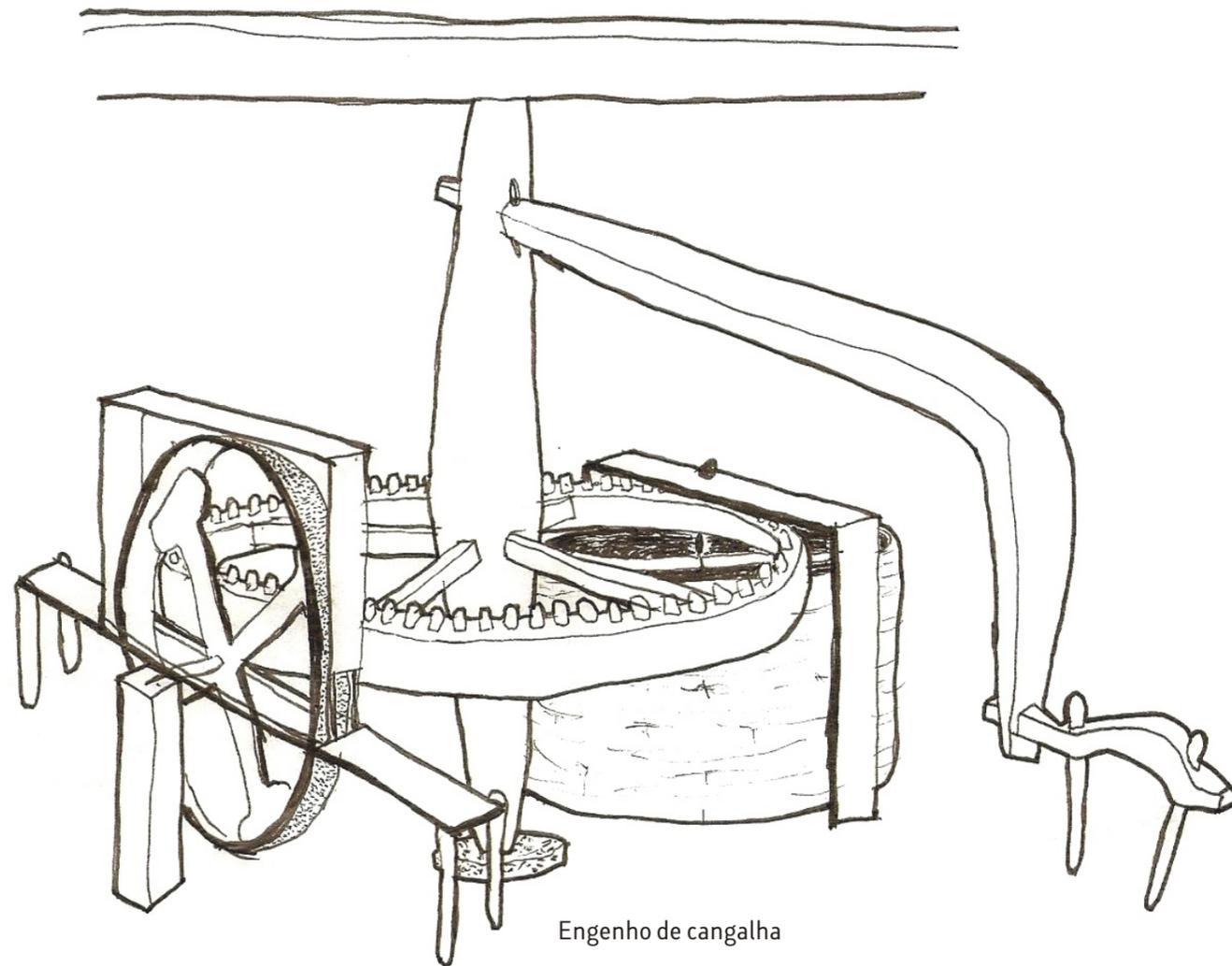
Engels nos diz que o trabalho criou o homem. Que o homem só é homem, e, portanto, distinto dos outros animais, pela sua capacidade de modificar a realidade. Modificando a realidade o homem confirma a si mesmo enquanto homem e escreve a sua história. Podem-se reconhecer a história dos homens por suas fábricas. Flusser divide a história da fabricação em quatro etapas: a



FIG. 2 - Casa de farinha
Crédito: Nereu do Vale Pereira

das mãos, a das ferramentas, a das máquinas e a da eletrônica. A cada uma dessas épocas corresponde um tipo de homem, e uma situação topológica. O homem mão é o caçador-coletor. O homem-ferramenta está protegido e preso pela cultura. Ele não mais pode voltar a ser o homem-mão, que era livre. Pouco se sabe sobre essa primeira Revolução Industrial, a passagem da mão à ferramenta. Já a passagem da ferramenta à máquina aconteceu a pouco mais de duzentos anos com a segunda revolução industrial. O homem-ferramenta ocupava o centro do espaço e estava rodeado por suas ferramentas. Se acontecesse de alguma falhar, quebrar ou desgastar-se pelo uso o homem-ferramenta a substitui por outra e continua seu trabalho. Já com o homem-máquina isso tem que mudar, a máquina ocupa agora o centro do espaço, e o homem pode ser trocado por outro, no caso de morte, doença ou cansaço.

O caso dos engenhos é o caso da substituição da tradição da ferramenta, a do indígena, pela da máquina, do colono europeu. Quando era homem-mão o indígena era nômade, viva da caça e coleta, morando em tocas escavadas na terra. Não existia um lugar específico para a vida, esse lugar era todo lugar. Com o desenvolvimento da agricultura o homem precisou fixar lugares no mundo: a roça, a aldeia, o espaço de fabricar farinha. Mas esses espaços ainda eram nômades, na medida em que era o homem (ou a mulher no caso dos guaranis) que ocupava o espaço central. Foi como homem-ferramenta que o europeu conheceu o indígena. O contato do homem açoriano, o homem do engenho, com a técnica do indígena na lida da farinha desenhou um novo espaço: o engenho. A fabricação da farinha espacializou-se num lugar específico e singular. “Já que a máquina deve estar situada no meio, devido ao fato de durar mais e de ter maior valor que o homem, a arquitetura humana terá que se submeter à arquitetura das máquinas” (FLUSSER).



Engenho de cangalha

Fig. 3- Roda Sevadeira



Fig. 3- Espanadeira



Ralador de mandioca, modelo indígena
Crédito: Nereu do Vale Pereira

O Engenho como articulador da paisagem

“As populações relegadas ao analfabetismo ou semi-analfabetismo, via de regra, não participaram do processo histórico, através da produção de documentos escritos. É portanto, a sua cultura material e iletrada, resgatada pelas investigações arqueológicas, que vai fornecer os dados necessários à reconstituição do processo histórico no qual estão inseridas” (KERN apud SILVA).

A palavra engenho, nas áreas de colonização açoriana, é utilizada de maneira diferente do que no resto do Brasil. Enquanto no Brasil todo generalizou-se o entendimento do engenho como o engenho de açúcar, por ser mais antigo, estar espalhado pelo território, ser alvo de romances e teses acadêmicas, e pelo tamanho colossal desta empreitada, aqui a palavra foi associada à ralagem, secagem e torra da farinha da mandioca, enquanto os estabelecimentos de cana de açúcar são chamados de alambiques, como é corrente no Sul do país. Normalmente os estabelecimentos que fabricam farinhas, de trigo ou milho, são chamados de moinhos.

No Nordeste, quando se fala em engenho, está se referindo não só ao mecanismo de moagem da cana, mas a todo um sistema sócio-econômico atrelado ao ciclo do açúcar, o engenho tropical. Consta que, para um engenho funcionar no Nordeste do século XVI, eram necessários no mínimo sessenta escravos. Um bom engenho, trabalhando 24 horas por dia, o que diminuía os custos operacionais, devia ter “entre 150 e 200 peças de escravos”. O complexo do engenho, além do espaço de trabalho, continha também uma capela, senzalas, e a casa-grande, onde morava o Senhor e sua família. Sem essa estrutura, não haveria interesse por parte do investidor, que movimentava enormes montantes de dinheiro do além-mar, e tinha como objetivo a

exportação em grande quantidade. Esse era também o interesse da Coroa portuguesa, que movia as peças para que essa infra-estrutura fosse possível. Em 1815 já haviam máquinas à vapor inglesas operando na Bahia.

No caso do engenho em Santa Catarina, o engenho do clima temperado, que surgiu a partir de um povoamento que a Coroa se viu forçada a organizar, visto que as terras meridionais não eram aptas para a grande monocultura do açúcar, a coisa foi acontecendo pelo interesse do colono, sem grandes montantes de investimento, e a máquina-engenho logo ocupou seu espaço no centro da casa, mais como forma de sobrevivência do que sobre-lucro, embora em alguns decênios foi organizada uma pequena indústria doméstica, onde a lida com o escravo era pouca ou inexistente, e que incluía, além da fabricação da farinha de mandioca, a fabricação da cachaça, do melado, a tecelagem, o trabalho com a madeira nativa, a cerâmica, etc.

Sabe-se que nas famílias mais pobres o próprio galpão do engenho serviu de moradia. Isso era feito de modo que a vida diária não atrapalhasse o ritmo e o fluxo da produção. Com o passar do tempo os lucros da produção eram empregados nas

melhorias da casa, mas dificilmente em melhorias no sistema de produção, fator que contribuiu para a falta de competitividade dos engenhos com o advento da industrialização. Primeiro se construía um anexo ao engenho onde estavam os quartos, se possível de tijolos. A cozinha continuava junto ao galpão do engenho, e esse é o caso do engenho do Seu Chico, engenho que conserva ainda sua estrutura física, no Sertão do Peri. Depois podia-se construir uma casa separada do engenho, e assim costumava ser com as famílias mais abastadas, e nas áreas urbanas.

Diferentemente do engenho do Nordeste, o engenho catarinense esteve presente em quase todas as propriedades, pois facilitava imensamente a lida com a mandioca, que foi o alimento que manteve a ilha por tantos anos. É raríssimo encontrar aqui um engenho chamarrita, movido por energia humana, esse equipamento logo foi considerado ultrapassado pelo colono açoriano. A mão-de-obra era familiar, e o trabalho organizado de maneira mais simples e menos dividido do que no engenho do Nordeste. A construção também era muito menor, e o maquinário menor e mais lento. A capela ou a Igreja aqui está apartada do engenho. Ela está



O engenho tropical



O engenho do clima temperado.
Engenho do Bento.



Antigo engenho do Seo Chico



Engenho do Zeca

localizada em local público, geralmente nas freguesias, e, entre outras funções, serve de equipamento de socialização para os colonos.

O engenho de farinha representa um documento icônico da época do Brasil colônia. É um testemunho histórico importante da relação do colono com a terra e com a sociedade, e importante como paradigma, numa época em que a divisão do trabalho era marcada pelo uso de escravos e o parcelamento da terra por enormes latifúndios, onde o motivo do trabalho era o mercado externo, partindo de fora de si mesmo a necessidade da empreitada. Num país colonizado onde nunca aconteceu uma reforma agrária, que carrega a mesma estrutura fundiária da época da Colônia, esse paradigma pode representar muito em relação ao parcelamento do solo no campo. O desenho do latifúndio ainda é presente, e avoluma-se, com a produção em larga escala e a cooptação dos

pequenos produtores, que passam a produzir monoculturas seguindo os padrões e procedimentos de produção dos laboratórios das grandes empresas.

Ao mesmo tempo as populações tradicionais, ONG's, agricultores e órgãos do governo se organizam, tentando criar novas redes de produção e distribuição de produtos, lutando pelo acesso à terra, e pesquisando tecnologias locais de produção menos agressivas à natureza e às pessoas. O significado dessa luta é enorme, sendo que o problema urbano do Brasil nasceu do êxodo rural, quando milhões de pessoas deixaram o campo indo morar nas grandes cidades, fazendo da favela uma extensão do campo. O Brasil não tem nenhum programa de re-assentamento de agricultores; e a questão do campo é tratada com acanhamento. O pensamento parece ser o de que o campo é infinito. A lembrança do engenho remete a formação da paisagem rural brasileira.

Engenho próximo à igreja



Construção de engenhos

“Em relação à casa residencial, transformaram-se as necessidades práticas e espirituais da vida em formas resistentes”

Hans Broos, Construções antigas em Santa Catarina.

“A arquitetura vernacular demonstra, em geral, as verdadeiras atitudes e crenças de um povo de maneira mais clara do que a arquitetura acadêmica.”

(ORSER JR apud SILVA).

Os estabelecimentos de produção de cachaça possuem uma tipologia que os diferencia dos de farinha. Apresenta-se um corte aproveitando a inclinação natural do terreno no qual se estabelecem duas seções sob o mesmo teto com uma diferença de cota de 1,50m. Esse detalhe permite a transmissão do caldo da cana para as caldeiras pela força da gravidade, facilitando o trabalho. Também permitiu a separação de ambientes sem necessidade de paredes. No muro de contenção utilizava-se alvenaria de pedras de junta seca. O chão batido foi o tipo de piso predominante nos engenhos, tanto das famílias mais abastadas quanto das mais pobres, e destas também caracterizava as casas. As famílias mais pobres geralmente tinham morada no mesmo galpão do engenho, ficando a cozinha com o fogão a lenha num canto do rancho de modo a não atrapalhar o processo produtivo.

Os engenhos das áreas rurais eram construídos de pau-a-pique com cobertura de fibras vegetais, nas áreas urbanizadas ocorria a utilização de telhas de barro de capa e canal. Só a partir dos anos 50 generalizou-se a utilização de tijolos de barro e ou tábuas para as vedações e telhado de duas águas com telhas capa e canal no ambiente rural. Com o passar dos anos e as sucessivas reformas nos engenhos que se mantiveram em atividade aconteceu um



Um dos engenhos-mais antigos da Ilha, destruído por um incêndio.



Engenho de tabique



Engenho anexo à casa



Engenho de pau-a-pique

hibridismo entre as técnicas antigas e atuais, mas sendo comum, até os anos 90 pelo menos, encontrarem-se exemplares construídos segundo a técnica tradicional do pau-a-pique e sua evolução imediata, o tabique.

A construção com pedra é milenar, e a solidez dos edifícios neste material é mundialmente reconhecida. Na Ilha de Santa Catarina abundam os granitos de várias cores, e a construção com pedra apareceu em edifícios institucionais e algumas casas urbanas, sua utilização se deu também no campo na forma de alvenaria de pedra ciclópica com a utilização de pedras irregulares argamassadas. Só no século XX é que vem a ser utilizada a pedra talhada no meio rural. Geralmente utilizada como alicerce podia funcionar como falso alicerce (fig. 1), funcionando como fechamento do espaço existente entre o baldrame e o solo, com a estrutura apoiada em cunhais.

O pau-a-pique é a técnica que caracterizou os engenhos durante 200 anos e já era utilizada pelos primeiros colonizadores ainda no século XVII.

As paredes consistem numa trama formada por varas roliças, bambus e ripas lascadas, principalmente do palmito, amarradas com tiras de Iimbé. Primeiro era realizada a trama das paredes e depois eram barreadas, normalmente por duas pessoas, uma que atirava o barro e outra que o segurava do outro lado. O barro era trazido de locais específicos e apiloado no local por 4 ou 5 pessoas, num buraco feito no chão. A plasticidade do solo era baixa devido a presença das areias de quartzo o que elimina a necessidade de um anti-plástico na massa.

Quando a parede era de pau-a-pique, utilizavam-se pilares de pedra e esteios roliços de madeira, e, mais frequentemente, pilares de tijolos como estrutura. As vigas que sustentavam o telhado eram paus roliços na forma como eram retirados no mato e os caibros e ripas eram conseguidos com o lascamento contínuo da madeira com machado ou facão. A utilização da madeira obedecia a certos rigores de peso, largura e comprimento, podendo ser utilizada para uma ou outra atividade em virtude disso, e de acordo com o que se podia encontrar no mato, mas que supria a necessidade do homem do sertão até a instalação do parque e a proibição da retirada de madeiras.





Destilador do Zeca



Destilador do Bento



Destilador do Chico, destruído



O antigo engenho foi transformado num bar, com mesa de sinuca e tudo

Construções e estrutura fundiária

As casas, no Sertão do Peri, estão dispostas principalmente na porção sul dos morros, voltando-se para o norte, aproveitando a orientação solar, ainda que hajam exceções, e há um aglomerado de casas entre o Morro da Tapera e o Morro da Chapada, na região chamada de Sertão do Ribeirão, onde estão localizadas a Igreja e a Escola Isolada do Sertão do Peri. As outras casas e os antigos engenhos se espalham por estes quatro ou cinco caminhos que saem da estrada do Sertão. Diferentemente da outra área de urbanização do Parque, aqui as casas mantêm certa distância entre si, espalhadas entre pastos, lavouras e vegetações secundárias, configurando o ar bucólico do lugar. Geralmente as casas de material se fazem acompanhar de um galpão feito de madeira que pode funcionar como estábulo ou depósito. Muitos desses galpões são antigos engenhos que, obsoletos, são desmontados para servir a novas funções. Por exemplo, o Bar que funciona na comunidade, onde os nativos se reúnem no fim de tarde para tomar conhaque, funciona na estrutura física do antigo engenho do proprietário, que mantendo a estrutura das fundações, esteios e pilares, retirou as paredes de madeira e construiu a cozinha em alvenaria. Não falta também uma mesa de sinuca. Outras vezes a própria casa nasce do engenho, sobrepondo-o. Alguns engenhos ainda estão em condições de funcionamento, e funcionam esporadicamente, agora

tocados a energia elétrica, o que constitui um fator depreciativo de originalidade na compreensão dos moradores, que aceitam como preservação somente o engenho movido a boi.

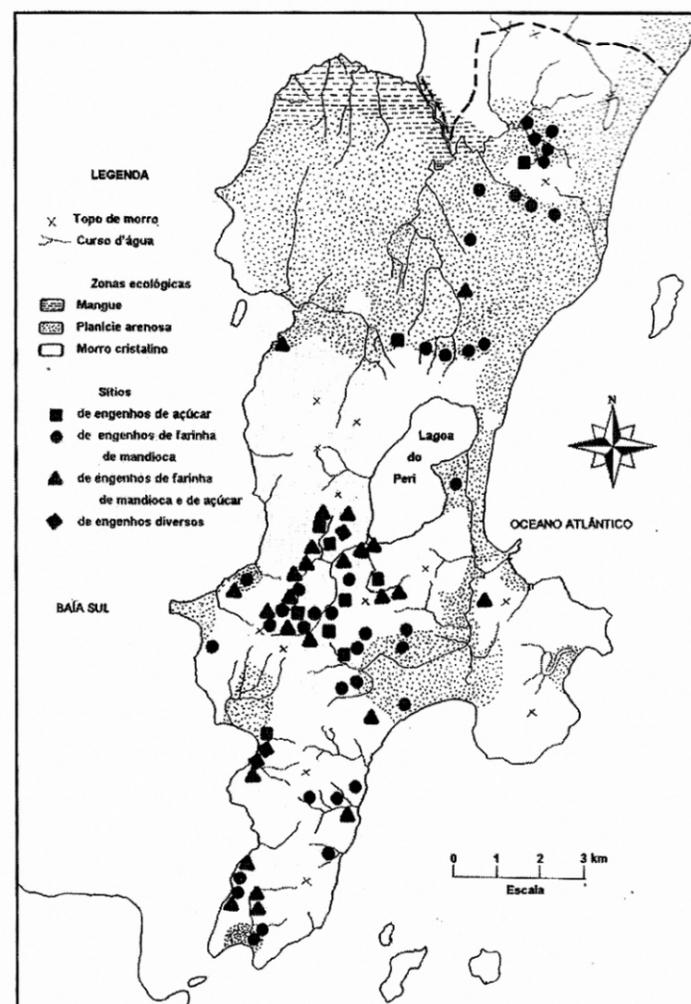
Em geral, mantém-se muito da estrutura fundiária colonial, embora a paisagem tenha mudado muito, devido principalmente a dois fatores: primeiro, pela decadência em que entrou a agricultura no início do século XX e, depois, com a instalação do parque que proibiu a venda de terrenos e abertura de novas roças.

Engenhos e alambiques

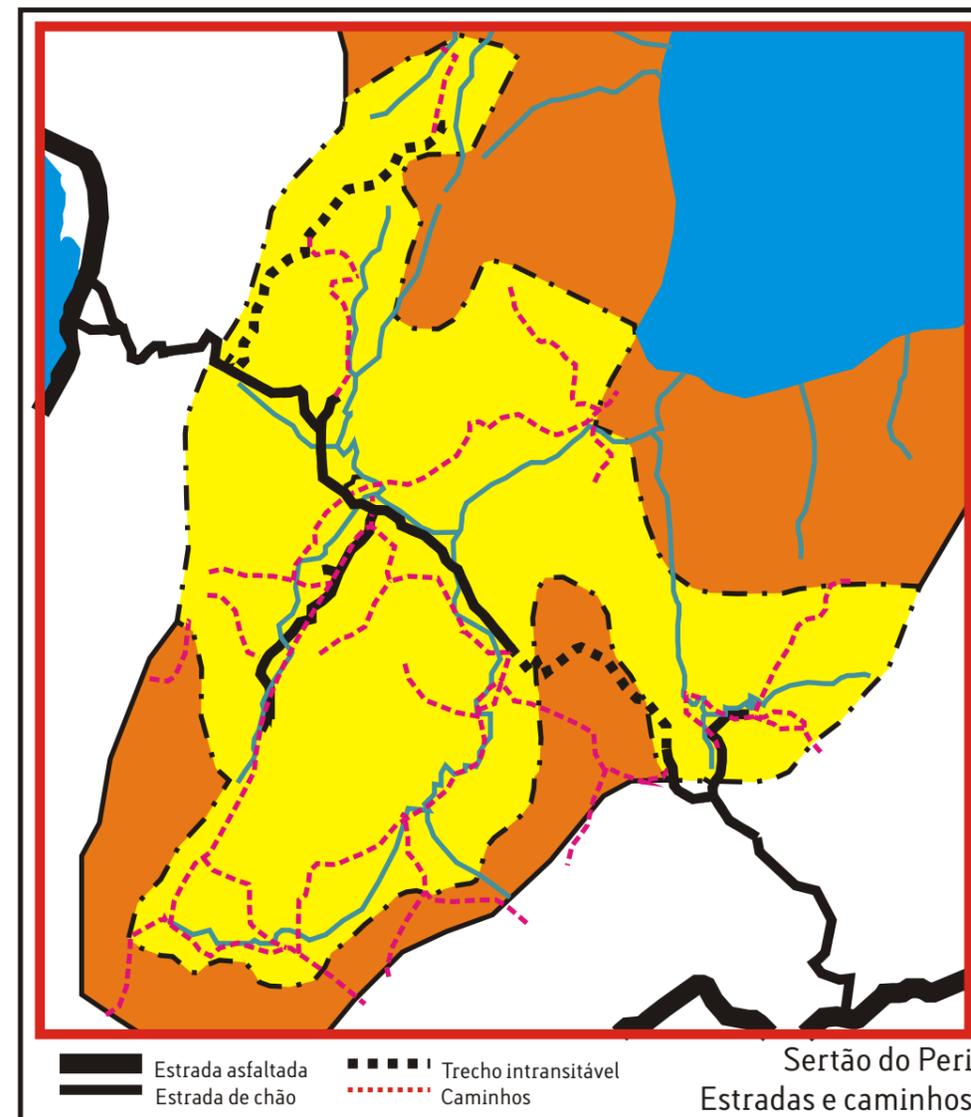
No lado do Peri de Cima estão os alambiques dos irmãos Bento e Zeca. O alambique de Bento foi herdado do Pai e compreende também um engenho de Farinha. O alambique do Zeca foi contruído nos anos 70 pelo próprio e utiliza a configuração tradicional do engenho com materiais contemporâneos, como o bloco de concreto estrutural. É um caso interessante de preservação do saber fazer, sem mediação de conhecimento científico, verdadeiro patrimônio imaterial, adaptado à realidade contemporânea. Chico e Bento ainda produzem a sua cachaça artesanal, que vendem para os turistas e apreciadores que o visitam, e para bares da região.

O antigo engenho do Seu Chico está localizado no Sertão dos Indaiás, pegando-se à esquerda na entrada que vem do Ribeirão, antes de se chegar ao centrinho do Sertão, e depois uma trilha de dois ou três quilômetros. Ali, Chico manteve o último engenho tocado a boi da região, e ficou conhecido na cidade, pela sua personalidade de asceta e pela sua cachaça, produzida à maneira dos seus bisavós. Em 1996 Seu Chico foi brutalmente assassinado em seu próprio engenho, por alguém que parecia conhecê-lo, pois sua comida havia sido comida e os cães estavam soltos. Seu cadáver foi encontrado alguns dias depois, sob uma pilha de objetos, com marcas de facão no pescoço e dois tiros. Existe um longa-metragem que registra o dia-a-dia de Seu Chico no engenho chamado "Seu Chico: um retrato". Atualmente o seu engenho preserva o entorno, a construção e as peças do engenho, embora o capacete de barro do destilador de cachaça esteja destruído e o sítio semi-abandonado, com os irmãos de Chico fazendo uma manutenção esporádica.

Existem pelo menos mais dois engenhos nos quais eu não tive a oportunidade de entrar. Um, no centrinho, que pude observar apenas pelo lado de fora, de madeira, e outro no final da rua do bar, sobre o qual só ouvi relatos.



Mapa das ruínas encontradas pelo historiador Osvaldo Paulino. A área do Sertão é a que tem o maior número de sítios arqueológicos



Ruínas

“Fragmento de uma arquitectura do passado, a ruína denuncia, simultaneamente, uma presença e uma ausência. A sua exigência de inteligibilidade é, antes de mais, um convite à reconstrução”.

Além disso, existe uma série de ruínas de engenhos espalhadas pelo mato e pelas propriedades, que constituem fartos registros da conformação histórica desta estrutura, sua construção e relação com o ambiente. Essas ruínas foram alvo de um levantamento feito pelo historiador Osvaldo Paulino da Silva em seu livro *Arqueologia dos Engenhos de Santa Catarina*.

Estradas

A Estrada Municipal Francisco Thomaz Bastos (Seu Chico) atravessa a localidade do Sertão do Peri no sentido oeste-leste, fazendo a ligação entre o Ribeirão da Ilha e a Costa de Dentro. É a última ligação neste sentido na Ilha, ligando duas áreas urbanizadas, e cortando uma Área de Preservação Permanente, o Parque Municipal da Lagoa do Peri. É uma estrada de chão, bastante íngreme e esburacada em alguns trechos, intrafegável com chuva, sendo os carros preferidos dos moradores Brasília e Fusca, e carros com tração 4x4 para os que tem condições. Dessa estrada partem quatro ou cinco caminhos em estado ainda pior que o da estrada principal, e alguns se transformaram em trilhas percorridas somente a pé.

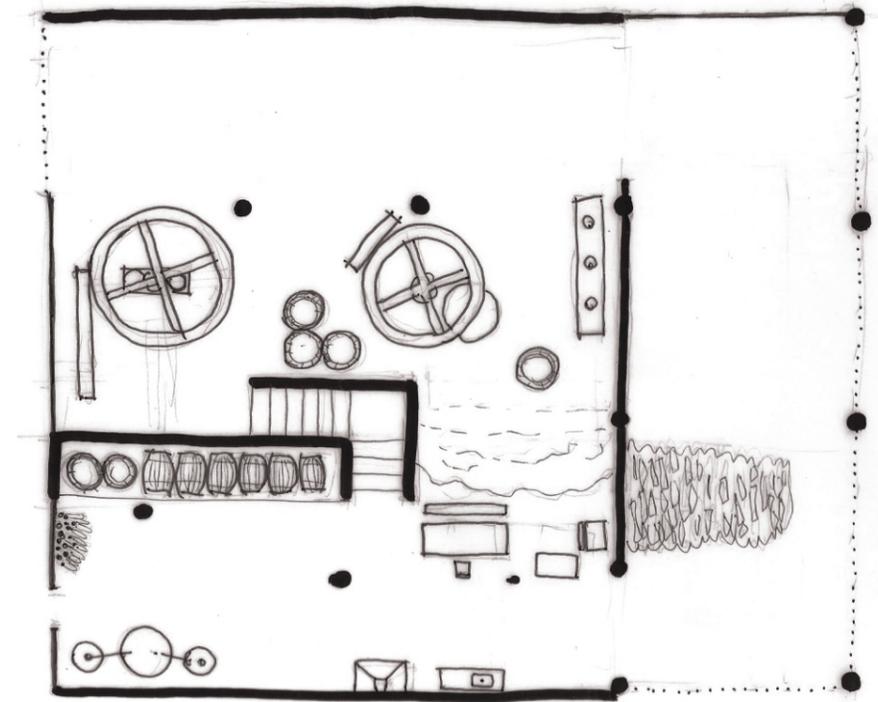
INTERVENÇÃO

“Nos últimos 30 anos, o processo de transformação urbana e de integração à indústria cultural foi tão violento que, pode-se dizer, o modo ilhéu de vida ficou circunscrito ao interior da ilha” (CECA, 1996)

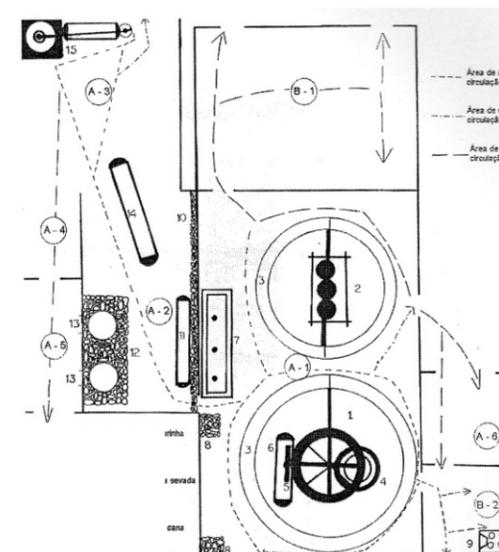
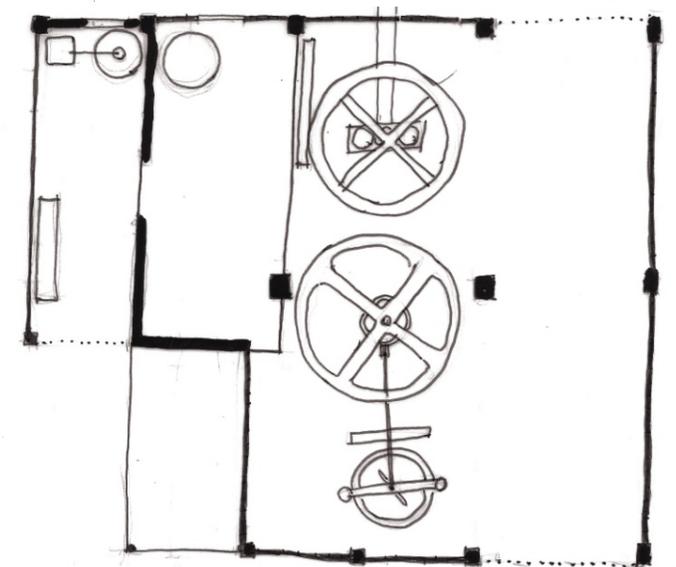
Entendendo o engenho, articulador do espaço, como o documento que nos chega da época colonial, escrito por aquela parte da sociedade que ficou apartada da história escrita e ligada à terra, evidenciando o fato de que essa história continua sendo produzida pelos moradores do local, e, finalmente, valorizando a paisagem cultural como algo vivo, real, e em construção, este trabalho propõe a criação de eventos que articulem a apreensão do local pelo visitante ao mesmo tempo resgatem a ligação do morador com o Parque de maneira construtiva, buscando a consolidação daquele espaço enquanto Parque Municipal de Preservação da Paisagem Cultural e afastando a possibilidade de especulação imobiliária, manejo destrutivo e aculturação nociva.

O Plano Diretor do IPUF propõe o nome de Parque dos Engenhos. Aqui optamos pelo nome de Parque dos Caminhos do Sertão, pela idéia de movimento que o caminhar evoca, ao contrário da imagem estática e pontual do engenho.

Engenho do Zeca



Engenho do Bento



Engenho do Chico
Crédito: Osvaldo Paulino

O Sertão dos caminhos

historia intuitiva e real

Os caminhos do Sertão são lugares da preservação da memória, que é coletiva. O Parque é público e deve servir para todos, assim como a memória, que deve funcionar como repertório, para entendermos o presente e planejar o futuro, evitando os erros e aproveitando os acertos do passado. Sendo assim, a importância dessa memória diz respeito a todas as partes do Litoral Sul que compartilham uma história de ocupação da terra semelhante à do Sertão. Além disso, diz respeito, enquanto paradigma, a toda história da colonização portuguesa no Brasil, fato que nos une, na condição de país colonizado.

O engenho com o lote são o desenho da vida do colono açoriano. Disso deve aparecer uma história intuitiva e real, anacrônica, ao mesmo tempo presente e passado, e ainda sendo escrita.

Quando se fala em memória vem a mente o discurso oficial, que prega uma cultura idealizada, morta e distante: os engenhos, a bernunça, o boi-de-mamão. Esse discurso, que pretende ser uma máquina de alienação das massas, ao apresentar o passado como algo tranquilo e nostálgico, faz funcionar as fundações de cultura do governo e do município, que direcionam todos os esforços e recursos na criação de simulacros de passados longínquos; fato que causa tanta aversão nos jovens, que não se reconhecem no modelo da cultura oficial, e nos criadores que mantêm



a cultura viva, que encontram dificuldades para apresentar trabalhos ligados a realidade, que não se enquadram no imaginário idílico dos grupos que estão no poder.

Essa abordagem acaba gerando uma repulsa pelo passado, que passa a ser identificado com o discurso oficial, esterilizante. A história passa a ser confundida com o discurso oficial, que por deter os meios de comunicação, faz a mediação entre ela e os receptores. O fenômeno passa a ser confundido com a sua representação. O signo passa a ter mais importância que o referente. Os engenhos são lembrados de maneira saudosa, só que não há interesse em preservá-los enquanto realidade, mas enquanto mito.

A idéia dos caminhos do Sertão é apresentar os engenhos e as ruínas enquanto índices, rastros, dispensando a necessidade da mediação pelo discurso.

Uma casa da memória, só que uma casa sem

portas, nem janelas, nem paredes. Feita de ar, de distâncias, de ecos, de cores e formas de paisagens.

O acervo do museu, ao invés de velhas peças sem uso, será a própria comunidade descendente, a sua vida, os seus caminhos, suas casas e roupas, expostas no próprio corpo e no decorrer da sua vida cotidiana. A população será ao mesmo tempo acervo e diretoria do museu.

Os caminhos farão a articulação da paisagem a partir de alguns eventos propostos. O visitante poderá optar por trajetos que se intercomunicam, dentro das possibilidades oferecidas pelo parque.



Seo Chico

Idiorritmia

A fantasia de Barthes é a Idiorritmia = cada sujeito tem aí seu ritmo próprio.

Barthes molda sua idéia do viver junto a partir dos mosteiros idiorrítimicos do Monte Athos, na Grécia. Nos mosteiros cenobíticos a vida é organizada por regras comuns: a hora do despertar, da oração matinal, do desjejum, do trabalho, da missa, etc. No mosteiro idiorrítimico os monges se agrupam em pequenos grupos de afinidades ou sozinhos, e vão viver em pequenas celas, o skiti. Ali cada um é responsável por seu ritmo e não há horários obrigatórios, nem mesmo o da missa coletiva.

A fantasia de Barthes é a idéia de um viver junto que não dispense a solidão, onde ritmos diferentes possam se sobrepor sem se impor.

“Fantasmaticamente, não é contraditório querer viver só e querer viver junto”
Roland Barthes

Pintores-Viajantes

o paisagista como articulador dos

processos de desenvolvimento geral da vida

Sempre é complicado falar sobre turismo em Santa Catarina, porque as políticas do governo são claras quanto a transformar a ilha em um balneário asséptico que possa receber turistas milionários do mundo todo.

Mas é fato que há um potencial turístico que, se bem aproveitado, pode funcionar como uma maneira de distribuir a renda, e uma maneira de fazer a economia funcionar. No caso do Sertão é saudável a visitação, mas não é no turista que tem muito dinheiro e que viaja por resorts em que estamos pensando. Nossa fantasia é a do pintor-viajante.

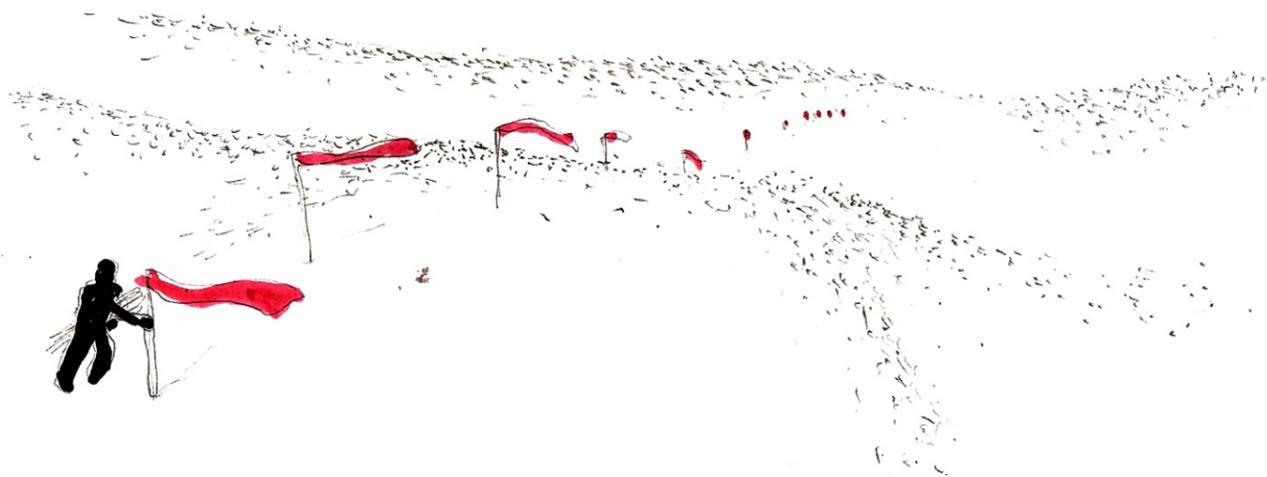
“O naturalista humboldtiano não era um botânico, mas um paisagista dos processos de desenvolvimento geral da vida”

César Aira

Humboldt foi o inventor e talvez único praticante da Erdtheorie (Teoria da Terra) ou Physique du Monde (descrição física do Mundo) que consistia numa modalidade de geografia artística, a ciência da paisagem, que buscava apreender o mundo em sua

totalidade pelo caminho visual, a partir da soma de imagens coordenadas num quadro abrangente. Por isso a opção pela paisagem, que era onde tudo poderia convergir e relacionar-se.

Rugendas, pintor de influência humboldtiana, viajou pela América pintando paisagens, onde tentava sistematizar as informações recolhidas no Novo Mundo de maneira que a captação das características do local representado, pelo observador da pintura, fosse intuitiva: clima, história, costumes, economia, raça, fauna, flora, regime das chuvas, dos ventos.



O caminhante

"A walk is just one more layer, a mark."

Richard Long

Richard Long é talvez o mais famoso caminhante contemporâneo, ele inventou o caminhar enquanto arte. E é uma máxima do turismo ecológico que o bom turista só deixa pegadas.

Para fruir os caminhos do Sertão mais profundamente é preciso ser um bom caminhante. É possível fazê-lo de carro, também existem os espaços do carro, mas o visitante deve ser tentado a estacionar o carro e fazer as trilhas a pé.

Caminhar, por si só, representa toda uma história cultural, desde os peregrinos, até os poetas caminhantes japoneses, dos românticos ingleses aos caminhantes contemporâneos de grandes distâncias.

Esse pintor-viajante, o caminhante, leitor da paisagem local, construtor da memória, nosso visitante.



Igreinha do Sertão

População Tradicional

a cultura como agente da paisagem

Em primeiro lugar, veio a relação da população que vive ali, que foi esquecida pelo Parque, dando abertura para a venda de terrenos e aculturação. Essa população não poderia deixar de estar em primeiro lugar: toda proposta que não leve em consideração esse fator é totalitária e desonesta.

A população do Sertão, que na data da instalação do Parque era formada essencialmente por agricultores, sentiu-se desencorajada a trabalhar na terra, porque não compreendeu direito o que estava acontecendo, não viu clareza no que podia ou não pode ser feito. Hoje não se enxerga mais a possibilidade de se viver da agricultura dentro do Parque, e os mais jovens vão trabalhar na cidade, como frentistas, caixas de supermercado, etc... O que os mais velhos vêem com tristeza, mas com resignação.



O Sertão da Paisagem

Segundo o IPUF o Sertão faz parte da Área de Preservação da Paisagem Cultural. Carl Sauer, fundador da disciplina da geografia cultural diz que “a paisagem cultural é modelada a partir de uma paisagem natural por um grupo cultural. A cultura é o agente, a área natural é o meio, a paisagem cultural é o resultado”. Já para Augustin Berque, numa análise que representa a mudança da leitura da paisagem cultural da dimensão morfológica para a dimensão simbólica, a paisagem cultural exprime o sentido que uma sociedade dá a sua relação com o espaço e com a natureza. A paisagem é ao mesmo tempo marca, vestígio da ação do homem sobre a paisagem, e matriz, que volta para o homem como geosímbolo, modificando-o e justificando sua existência.

A paisagem cultural do Sertão é formada pela soma de vários fatores, como um texto é construído por várias palavras, que se analisadas em separado perdem o sentido, sentido que só ganha dimensão enquanto interação entre as partes. Cada

componente é um correspondente do todo, está em relação orgânica com todos os outros, ligados pela unidade abrangente do Sertão.

Por isso, é nos caminhos que unem o Sertão que está sua maior força, e não nos engenhos como idéia mitológica, separados do todo que os justificam.

A paisagem montanhosa do Sertão cria uma sensação dinâmica que causa comoção e possibilita uma apreensão totalizante da paisagem. O jogo de altos e baixos permite uma compreensão do espaço diferente do vale plano. Aqui um terceiro eixo do espaço faz com que as edificações dialoguem entre si e que ofereçam sua implantação para o entendimento do caminhante: a apreensão da paisagem é intuitiva, porque é possível avistar a estrada de cima da montanha.

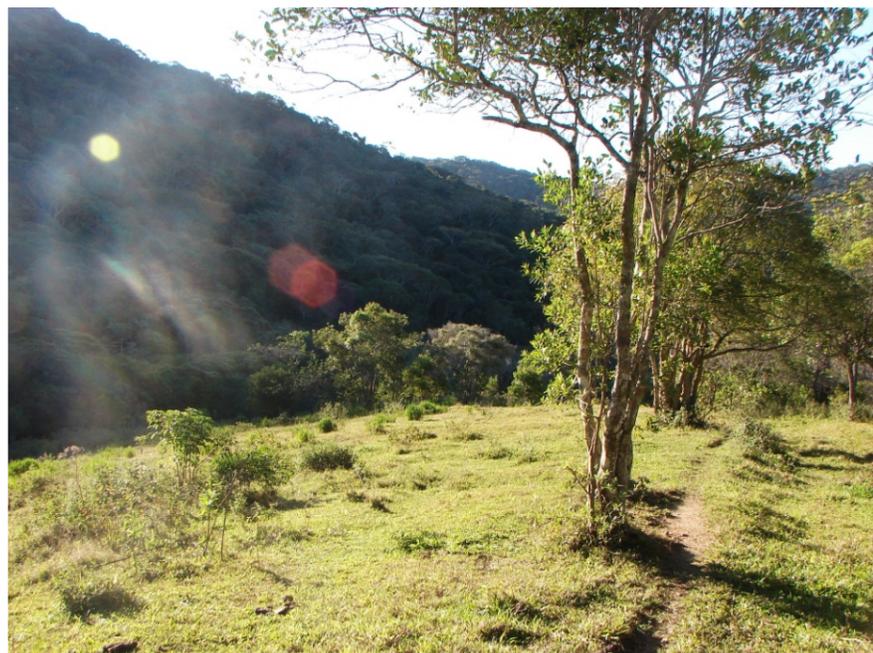
“Talvez seja este o encanto elementar de uma paisagem montanhosa: tudo o que está num plano superior só é possível como tal através do que se situa num plano inferior, e inversamente; assim, as partes do todo ganham uma relação incomparavelmente estreita, a sua unidade, que aqui como em geral assenta simplesmente na relação recíproca entre as partes, torna-se directamente visível”.

Georg Simmel sobre Roma

A paisagem do Sertão costuma ser cantada pela sensação de nostalgia que evoca. No entre da cidade está o Sertão, e diz-se que nos sentimos de volta no passado.

Não é a sensação de passado que o Sertão evoca, é a sensação de anacronismo. A presença de muitas épocas não se sobrepõe, como no princípio das camadas geológicas, em que as camadas mais antigas são cobertas pelas mais recentes, mas convive na idiorritmia do viver junto de Barthes.

Ruínas acessadas por trilhas no meio de roças de cana, engenhos movidos por motores, jipes quatro por quatro e carros de boi, cachaça artesanal e conhaque dreher. O anacronismo do Sertão causa uma sensação agradável porque não entra em contradição com a subjetividade do observador, mas eleva-o de dentro de si mesmo para esse espaço onde fragmentos de vários tempos existem juntos.



Com o tempo a paisagem irá se transformando, partes da mata se regenerando e partes adquirindo uma nova feição, a de uma agricultura em sintonia com a natureza.

Eventos

Esses eventos estarão relacionados por trajetos que podem se combinar de maneiras infinitas. Cada trajeto tem sua particularidade, e aqui eles estão organizados numa ordem que não tem significação além da pura sistematização.

Por exemplo, um visitante que venha de carro e nunca tenha estado no parque pode estacionar na Casa do Homem do Peri, pegar um mapa, e optar por fazer o trajeto da cachaça até o mirante, depois voltar a sede e fazer um lanche.

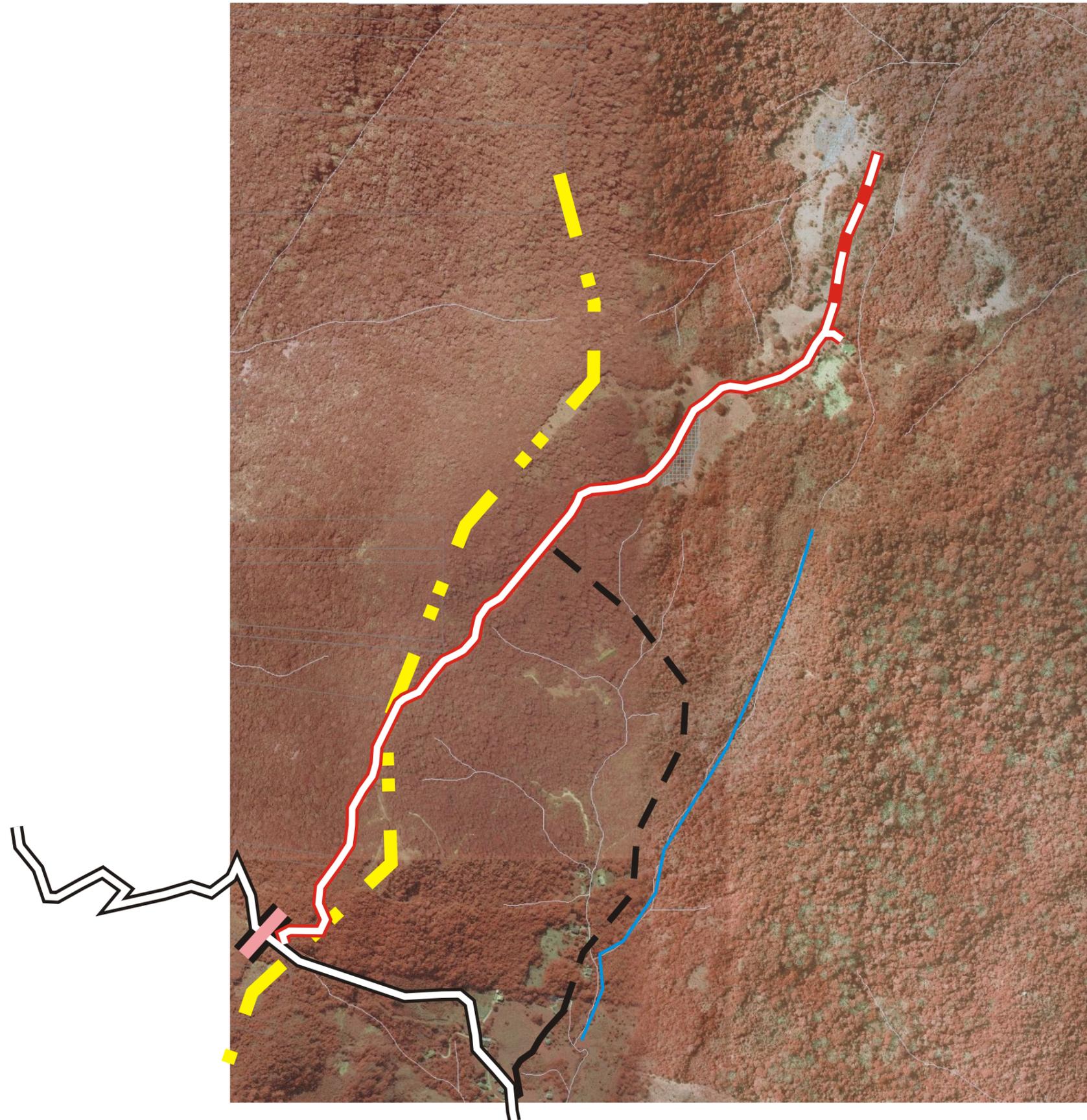
Um visitante que venha de ônibus até o ribeirão pode subir e morro e estar interessado nas construções antigas. Ele passa no engenho-escola, depois faz o roteiro dos engenhos e o das ruínas, e então volta ao engenho-escola para passar a noite.

E assim de acordo com a imaginação e vontade de cada um

Basicamente são esses os articuladores do espaço:

- 1- Casa do Homem do Sertão
- 2 Trajeto Chico
- 3 Trajeto Cachoeira
- 4 Trajeto Cachaça
- 5 Engenhos
- 6 - Ruínas
- 7 - Mirantes

Estes eventos forma representados no mapa de letras em anexo



TRAJETO CHICO

O antigo Engenho do Seu Chico fica no Sertão dos Indaiás, próximo à entrada do parque pela Freguesia do Ribeirão da Ilha.

Chega-se lá por uma estrada em péssimo estado, e é mais fácil estacionar o carro e caminhar cerca de 40 minutos por um caminho dentro da mata densa, cheio de paisagens bonitas e que vai se transformando enquanto se caminha. Esse caminho transmite uma emoção profunda, pelo silêncio só interrompido pelo barulho dos animais e dos galhos se mexendo, e pela beleza simples que representa. Uma beleza sublime que se aproxima do medo, quando lembramos que há pouco mais de dez anos o Seo Chico foi assassinado em sua casa a tiros, tendo a cabeça decepada, crime até hoje sem solução.

Quando chegamos ao Sítio Histórico do Seo Chico a paisagem se esparrama numa grande clareira, e nos faz sentirmos pequenos. Dentro do engenho do Seo Chico existem três ruínas de engenhos, que junto com o engenho principal, conservado, e a parte da entrada formam o Sítio Histórico do Seo Chico, cuja proposta é o tombamento enquanto patrimônio histórico.

O engenho e alambique do Seo Chico é construído em madeira com telhas coloniais, exceto a parte dos quartos, mais nova, de tijolos e telhas cerâmicas. Dentro dele estão contidas o mecanismo do engenho e do alambique, em ótimo estado, fora a parte que foi retirada pelos seus irmãos depois da sua morte, com medo de saques. Este com certeza deve ser um espaço de memória preservado para as novas gerações.

A idéia é que com a construção do Engenho-Escola em anexo, este possa ficar encarregado de fazer a manutenção do engenho, e especialmente fazê-lo funcionar como engenho-modelo, onde os interessados possam aprender a lida no engenho.

O Engenho-Escola será uma fábrica agro-futurista, que deve pesquisar e valorizar as técnicas locais e misturá-las com a experiência contemporânea em manejo agroflorestal.



Portão de entrada

DIVISÕES

Sítio Histórico Seo Chico

- Preservação dos visuais, da estrutura fundiária, manutenção das clareiras, levantamento das ruínas, manutenção e preservação do engenho, visitação.

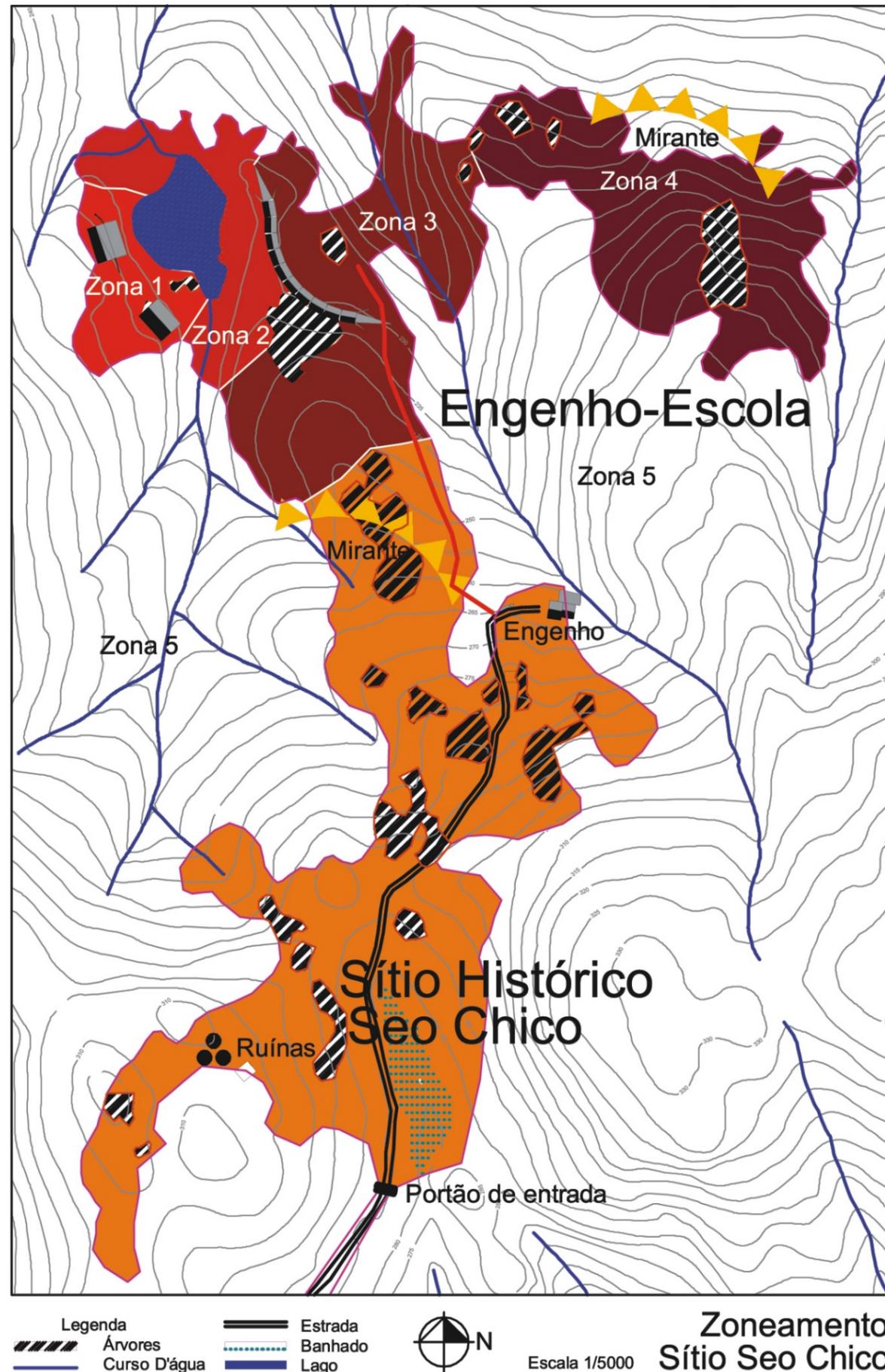
Engenho-Escola

Zona 1 Zona doméstica, próxima à habitação. Hortas, pequenas árvores, estufas, viveiros, área de descanso, varal de roupas, combustíveis para a casa, área de secagem de grãos.

Zona 2 Intensiva com plantio denso. Arbustos maiores, pomares, terraços, tanques, plantas e animais que requeiram observação, galinhas soltas, área cercada para uma vaca de leite.

Zona 3 Pomares não-podados, pastagens para animais de abate, plantações principais, arvoredos.

Zona 4 Semi-manejada e semi-selvagem. Coleta de alimentos e manejo da floresta.



ENGENHO - ESCOLA

Existe a necessidade de que o morador faça parte do Parque. Ao invés de ser visto como inimigo, o morador pode ser um parceiro ativo na luta pela preservação do ecossistema. Por isso a idéia de um Engenho-Escola, que deve funcionar na área do Sítio Histórico do Seu Chico, conservando-o enquanto patrimônio material e ao mesmo tempo pesquisando sobre as possibilidades da agricultura local. Corrigindo os métodos que podem ser nocivos para a natureza, combatendo as pragas, testando novas possibilidades de geração de renda, preservando o patrimônio imaterial, a lida da mandioca e da cachaça.

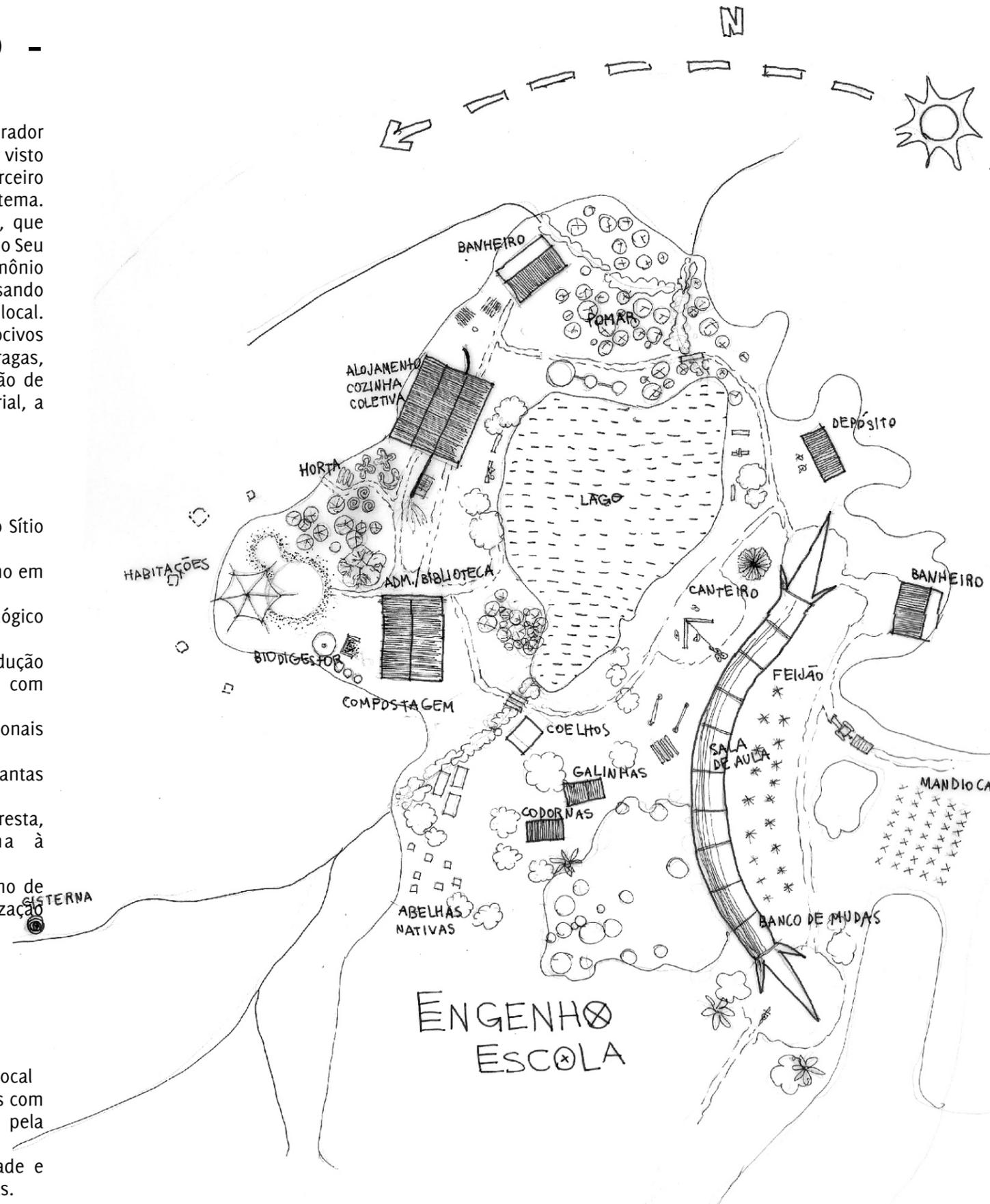
Objetivos:

- Zelar pela preservação da paisagem do Sítio Histórico Seo Chico
- Fazer a manutenção e manter o Engenho em funcionamento, organizar sua visitação
- Pesquisar técnicas de manejo agro-ecológico adequadas a Mata Atlântica
- Buscar alternativas econômicas de produção rural para a população, compatíveis com Parque
- Dar orientação técnica às práticas tradicionais da população do Parque
- Gerir um banco de mudas e horto de plantas nativas
- Oferecer cursos de manejo de agrofloresta, permacultura, agricultura urbana à comunidade em geral
- Receber os visitantes e fazer o trabalho de conscientização ecológica e de familiarização com as plantas nativas.

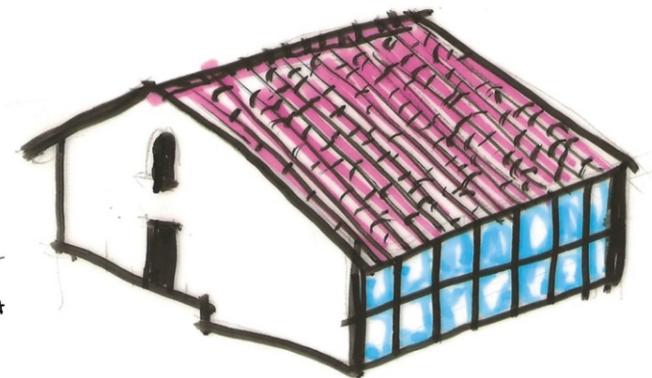
Objetivos à longo

prazo:

- Melhorar o nível de renda da população local
- Diminuir o número de áreas devastadas com o aumento da produtividade e opção pela agrofloresta
- Contribuir com a saúde da comunidade e servir de exemplo para outras experiências.



"a fábrica do futuro deverá ser o lugar em que o Homo faber se converterá em Homo sapiens sapiens, porque reconhecerá que fabricar significa o mesmo que aprender, isto é, adquirir informações, produzi-las e divulgá-las" FLUSSER





Patrimônio Imaterial

Além disso, propõe-se que se ofereçam bolsas-auxílio para os Mestres-Artesãos que se proponham a manter seus engenhos e alambiques produtivos. Uma das propostas do Plano Diretor era a melhoria da condição econômica dos moradores, que ainda hoje não é das melhores, e o alambique do Bento, por exemplo, só se mantém por que o Bar do Arante compra toda a sua produção, que é distribuída gratuitamente para os fregueses do bar. O filho do Seu Arantes, dono do bar, é historiador, e esse gesto representa o zelo dos dois pela cultura local, moribunda.

CASA DO HOMEM DO PERI

A centralidade é a parte com maior densidade de casas do parque. Ali estão a igreja e a escola. Procurou-se aproveitar a utilização pública que esse lugar já tinha para a instalação dos equipamentos, inclusive utilizando a construção já existente da escola como ponto central.

Criou-se ali a Área Institucional.

A funcionar na centralidade, a Casa do Homem do Peri, não será uma casa mas uma série de equipamentos, que devem funcionar tanto para os moradores quanto para os visitantes.

Ali próximo se encontra um engenho de farinha de mandioca ainda em operação.

É proposta a criação de uma praça topográfica junto à atual Escola (que no ano que vem será fechada por falta de alunos, e os moradores propõe que exista uma nova utilização do prédio) que deverá funcionar como sede da fiscalização do parque, balcão de informações com mapas das trilhas e sede do Conselho Deliberativa que fará a gestão do Parque dos Caminhos do Sertão, formada pela população, parque e demais entidades envolvidas. Esse espaço, chamado de Casa do Homem do Peri, contará ainda com um follie, feito de muros de arrimo que dramatizam a topografia, que além de receber os visitantes pode se adequar às necessidades de espaço e funções que a Casa do Homem do Peri sentir com o tempo.



Casa do Homem do Peri esc. 1/2000

Objetivos:

- Congregar os agentes envolvidos na gestão e manutenção do Parque
- Fiscalizar e evitar as atividades predatórias que ocorrem sem a autorização do parque (caça, roubo de orquídeas, retirada do palmito)
- Receber e orientar os visitantes quanto a história do parque, funcionamento da comunidade e trajetos
- Estimular a fruição intuitiva da história do parque a partir da observação e dos equipamentos
- Vender os produtos artesanais produzidos pelos moradores (cachaças, doces)
- Receber as reuniões do conselho gestor do parque
- receber as festas da comunidade.

Objetivos à longo prazo

- Criação de uma loja coletiva que veicule a produção agroecológica e funcione como posto de trocas
- Criar um clima de amizade entre fiscais e moradores, para que todos possam se sentir em casa ali.



Infinitas possibilidades

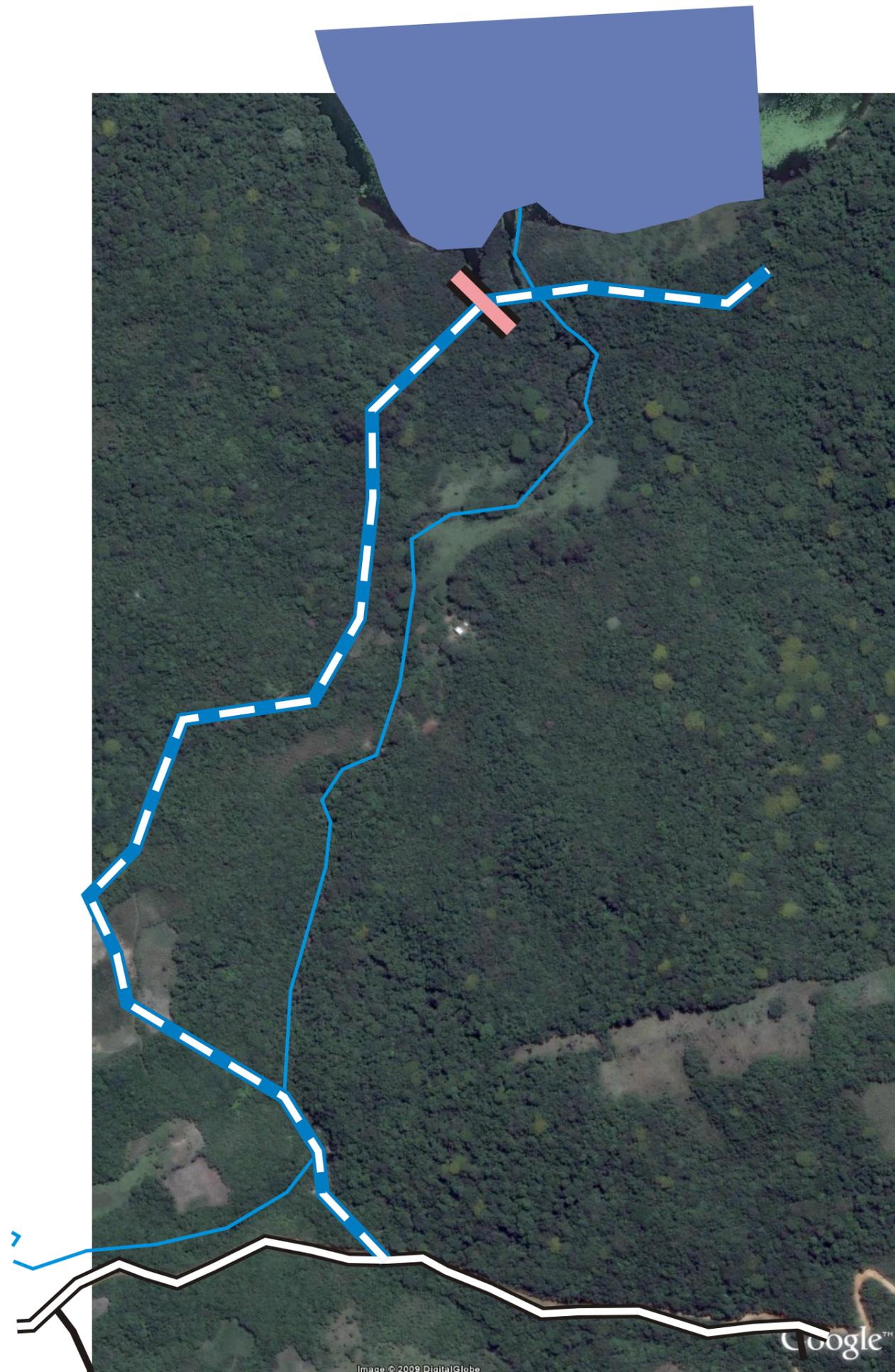


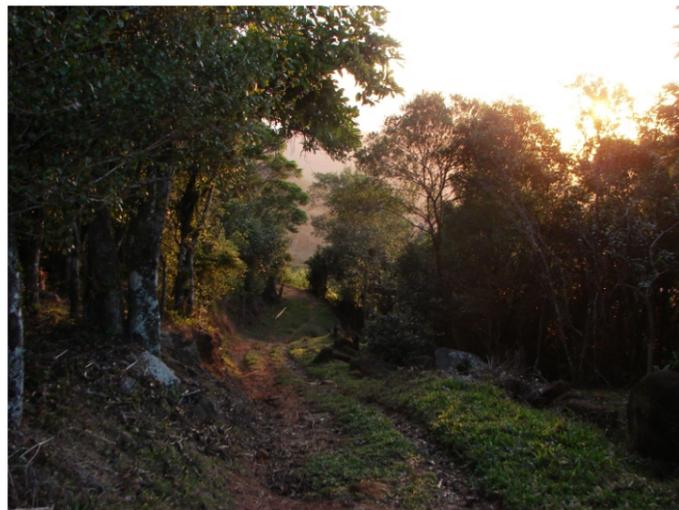
TRAJETO CACHOEIRA

O trajeto da cachoeira é facilmente acessível a partir da estrada do Sertão, e contém duas quedas na parte de cima, e mais outras três na parte de baixo, onde o rio se torna mais caudaloso.

Pode ser acessado também a partir da Área de Lazer pela trilha da Gurita, constituindo um acesso possível ao Parque dos Caminhos do Sertão, numa trilha comprida, de aproximadamente cinco horas de duração.

Na parte de baixo a trilha cruza também as ruínas do antigo Engenho do Vitorino, que funcionava a base d'água e onde, além de alambique e engenho de farinha, também funcionava uma serraria.





TRAJETO CACHAÇA

Esse trajeto é assim chamado porque atravessa as propriedades dos irmãos Bento e Zeca, únicos mantenedores de alambiques que funcionam o ano todo.

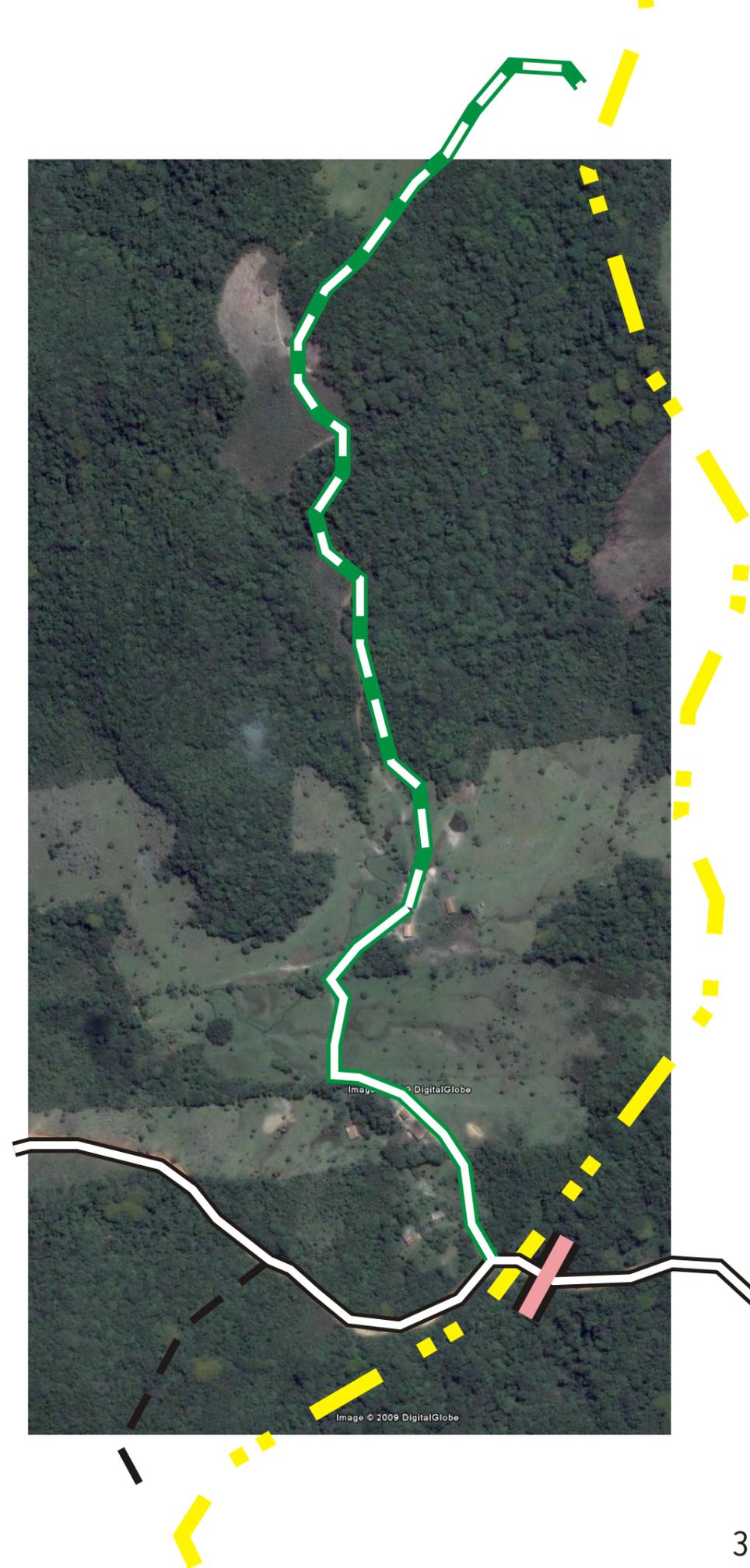
Teimosamente os irmãos continuam produzindo a cachaça e fazendo disso seu trabalho. O Alambique do Zeca é aberto para visitação pública, inclusive com placas fixadas na estrada convidando os visitantes. Zeca construiu sozinho o engenho, nos anos 70, e apesar de manter o engenho de cangalha não produz mais farinha de mandioca. O engenho tem algumas paredes de madeira e outras de tijolos, e a parede que divide os dois níveis é feita de blocos estruturais, e contém a escada. Numa parte do desnível a terra fica aparente. É um galpão bastante grande, e o telhado de telhas coloniais é sustentado por uma estrutura de paus roliços de peroba. Mais uma vez

ressalto a importância do engenho do Zeca e do Seu Zeca, que não tendo herdado um engenho construiu o seu próprio. Seu Zeca é um construtor de engenhos.

O Engenho do Bento foi herdado de seu avô e reformado por seu pai, e hoje, mantido por Bento, concentra-se na produção de cachaça. Apesar disso, Bento mantém ali um raro exemplar de um engenho de mastro, um tipo refinado de engenho onde o boi não fica no mesmo espaço da produção. Este engenho está dividido em três níveis, e não em dois, como é usual nos alambiques.

Seguindo além do engenho do Bento, subindo o Morro do Peri em direção às suas roças de cana, de cima de uma pedra no meio do canal têm-se uma das vistas mais lindas do Sertão, em direção à Lagoa do Peri.

Ali está proposta a construção de um mirante leve, pousado sobre a pedra, feito em metal.







DEMARCAÇÃO FÍSICA E PROGRAMAÇÃO VISUAL

Apesar do Plano Diretor dispor sobre os limites do Parque, ainda não foi realizada a sua demarcação física.

A demarcação do Parque, cujos limites ficam no divisor de águas dos morros que configuram a Bacia, que ficam em matas fechadas dificilmente alcançáveis por um caminhante humano, deve ser feito por um dispositivo sinestésico que possa alcançar a sensibilidade de maneira não-visual. Proponho então a demarcação com sinos pendurados em árvores.

Quanto a área de preservação da paisagem cultural também deve ser feita a demarcação, para que os moradores e fiscais possam ter clareza ao lidar com esse aspecto. Aí deve estar um tótem claro que resista ao tempo e dificulte a remoção.

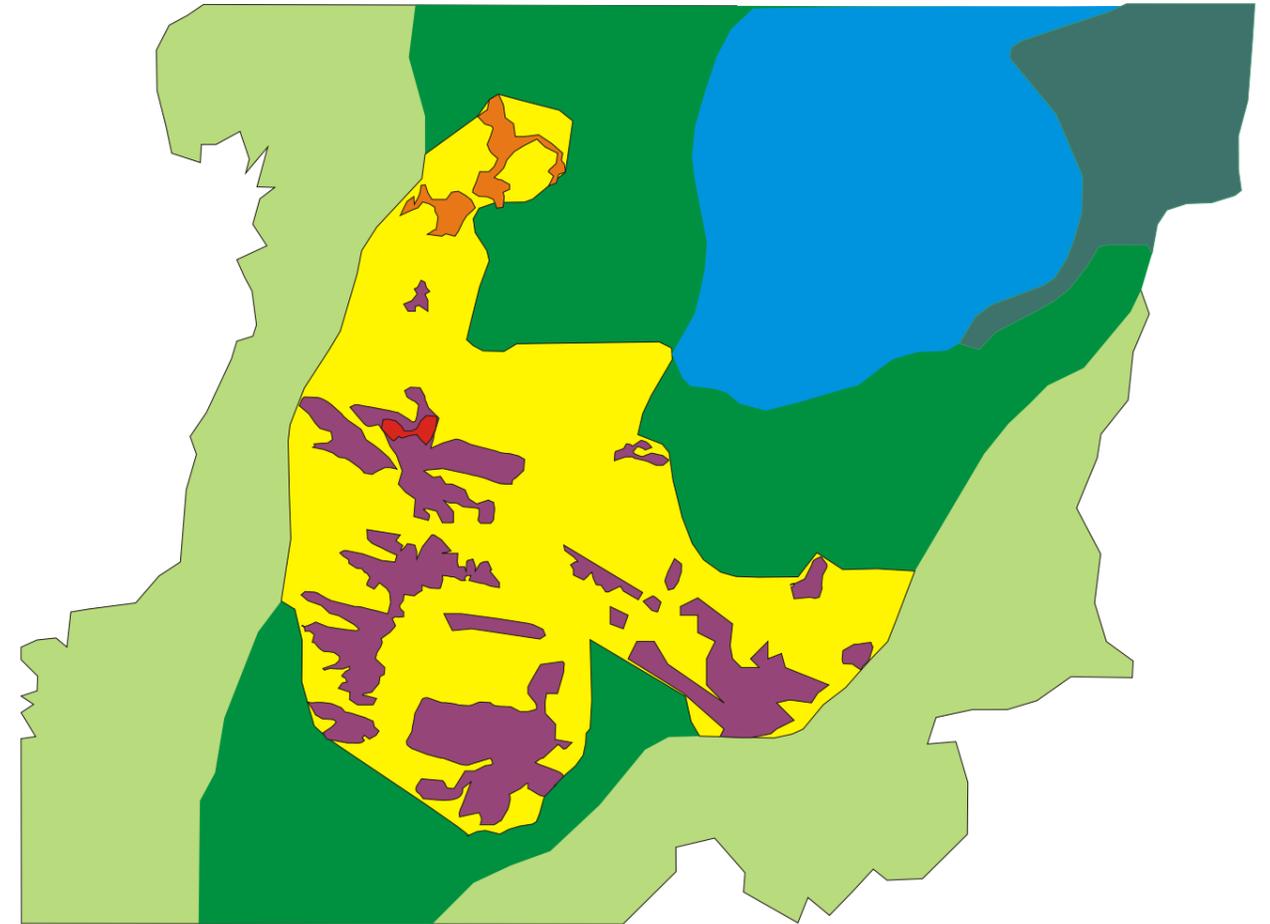
Quanto a programação visual, optou-se por não poluir a paisagem cultural com placas de informações, apostando na cartografia cognitiva que remete aos primeiros caçadores-coletores que habitaram o litoral do Brasil, como no dizer do filósofo anarco-primitivista John Zerzan:

“Nossos primeiros antepassados utilizavam seu conhecimento detalhado do meio, numa espécie de cartografia cognitiva”.

No mais, haverá os mapas com o desenho das trilhas distribuídos gratuitamente na parte de informações da Casa do Homem do Peri e na Sede do Parque às margens da Lagoa.

O tótem utilizado para demarcar a área de preservação da paisagem cultural deverá sinalizar as entradas do Parque dos Caminhos do Sertão: no Ribeirão, na Costa de Dentro e a partir da Trilha da Gurita pela lagoa do Peri.





Proposta de Zoneamento

Área da Reserva de Desenvolvimento Sustentável do Sertão do Peri

Área de Pesquisa em Preservação da Paisagem Cultural - Sobrepe-se à área do antigo engenho do Seo Chico, e contém a área de preservação do Sítio histórico Seo Chico e o Engenho-Escola.

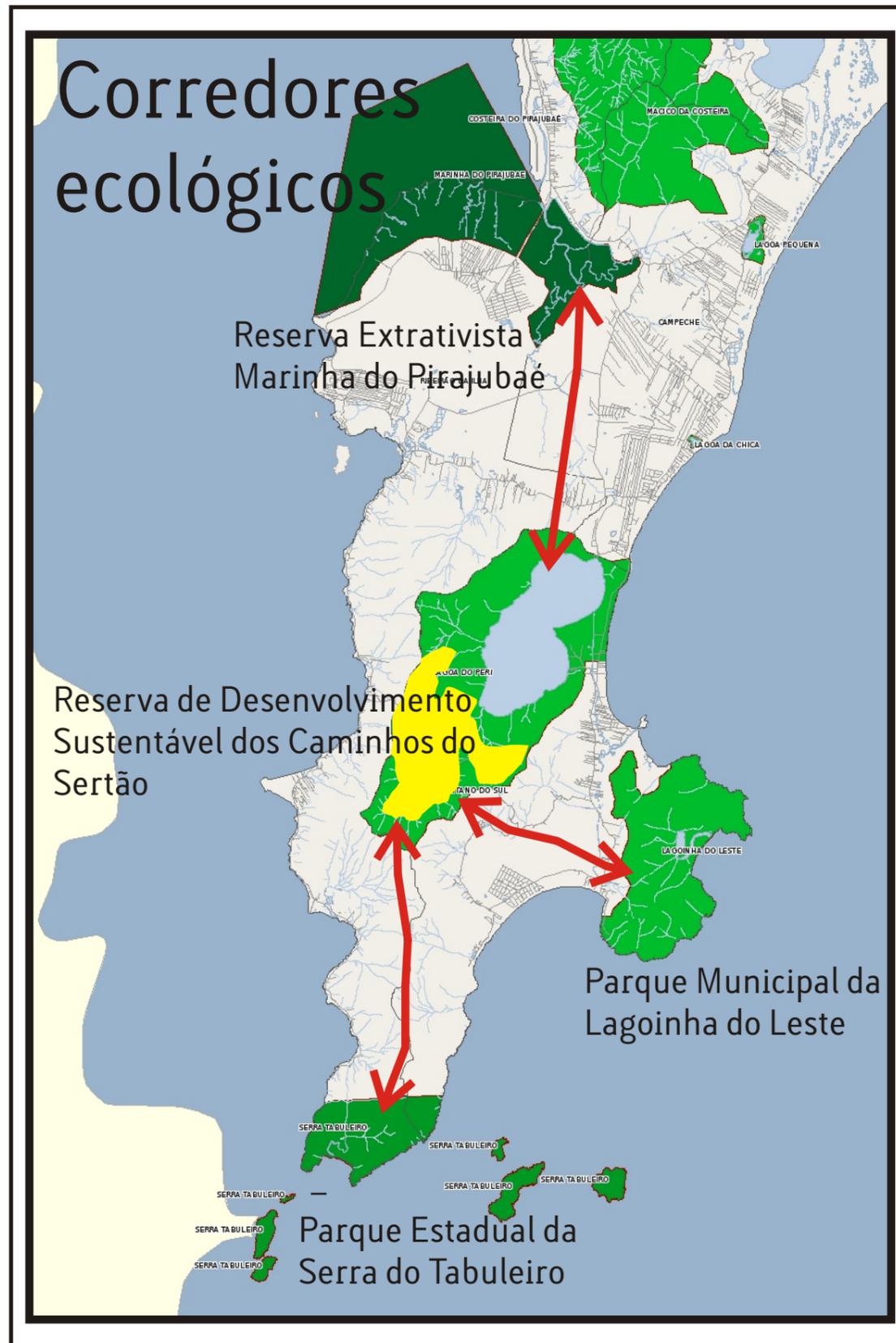
Área Institucional - Localizado no centro simbólico do Sertão, junto da Igreja. Será a sede do Parque, onde acontecerão as reuniões do Conselho Deliberativo de Gestão, recepção dos visitantes e festas da comunidade.

Área de Manejo Sustentável - A área que corresponde as atuais lavouras e pastagens deve ser estudada em relação ao seu potencial agroecológico para desenhar a Área de manejo Sustentável. Essa área deve ter uma certa flexibilidade, mas não deve exceder a metragem quadrada inicial.

Área de Proteção Integral - A área de proteção integral compões os sistemas não-manejados, "selvagens". Nessa área apenas observamos e aprendemos, somos visitantes e não gerentes.

-  Zona de Amortecimento (a partir da cota 100m)
-  Área de Pesquisa em Preservação da Paisagem Cultural
-  Área Institucional
-  Área de Manejo Sustentável
-  Área de Proteção Integral

Corredores ecológicos



- AIRA, César; *Um acontecimento na vida do pintor-viajante* Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2006.
- AZEVEDO, Esterzilda Berenstein de; *Arquitetura do Açúcar* São Paulo: Nobel, 1990.
- BARTHES, Roland; *Como viver junto* São Paulo: Martins Fontes, 2003.
- BROOS, Hans; *Construções Antigas em Santa Catarina*. Blumenau: Cultura em Movimento; Florianópolis: Ed. da UFSC, 2002.
- CABRAL, Luis Otávio; *Bacia da Lagoa do Peri: sobre as Dimensões da Paisagem e seu Valor* Florianópolis: Dissertação de Mestrado em Geografia CFH-UFSC, 1999.
- CAMPOS, Nazareno José de; *Terras comunais e pequena produção açoriana na Ilha de Santa Catarina* Florianópolis: FCC Ed./Ed. da UFSC, 1991.
- CECA Centro de Estudos Cultura e Cidadania; *Uma cidade numa ilha: relatório sobre os problemas sócio-ambientais da Ilha de Santa Catarina* Florianópolis: Insular, 1996.
- CORRÊA, Roberto Lobato; ROSENDAHL, Zeny (org.); *Introdução a Geografia Cultural* Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2003.
- DIEGUES, Antônio Carlos S.; *Populações Tradicionais em Unidades de Conservação: O Mito Moderno da Natureza Intocada* in VIEIRA, Paulo Freire e MAIMON, Dália (org.); *As Ciências Sociais e a Questão Ambiental: Rumo à Interdisciplinaridade*. APED e UFPa, 1993
- ENGELS, Friedrich; *Dialética da natureza* Portugal: Presença, 1974.
- FLUSSER, Vilém; *O Mundo Codificado* - São Paulo: Cosac Naify, 2007.
- GAMA, Ruy; *Engenho e tecnologia* São Paulo: Livraria Duas Cidades, 1983.
- IPIUF; *Plano Diretor do Parque da Lagoa do Peri: Relatório Final* Florianópolis: 1978.
- LEFEBVRE, Henri; *De lo Rural a lo Urbano* Barcelona: Ediciones Península, 1978.
- LENGEN, Johan Van Lengen; *Manual do arquiteto descalço* Rio de Janeiro: TIBÁ Instituto de Tecnologia Intuitiva e Bio-arquitetura, 2007
- MINKE, Gernot; *Manual de Construcción en Tierra* Montevideo, 2001.
- MOLLISON, Bill; SLAY, Reny Mia; *Introdução à Permacultura* Austrália: Tagari Publications, 1991.
- MOLLISON, Bill; HOLMGREN, David; *Permacultura I* São Paulo: Ground, 1983.
- PEREIRA, Nereu do Vale; *Etnografia Catarinense* Florianópolis: Editora Fundação Cultural Açorianista, 1992.
- PRADO JÚNIOR, Caio; *História Econômica do Brasil* São Paulo: Brasiliense, 2004.
- REIS FILHO, Nestor Goulart; *Quadro da arquitetura no Brasil* São Paulo: Perspectiva, 2006.
- SILVA, Osvaldo Paulino da; *Arqueologia dos Engenhos de Santa Catarina* Erechim, RS: Habilis, 2007.
- SIMMEL, Georg; *Roma: uma análise estética* in Revista Crítica de Ciências Sociais, n. 67. Coimbra: Centro de Estudos Sociais, 2003. <http://www.ces.uc.pt/publicacoes/rccs/artigos/67/RCCS67-099-126-Dossier%20Simmel.pdf>
- SPOSETO, Maria Encarnação Beltrão e WHITACKER, Arthur Magon (org.); *Cidade e Campo: Relações e Contradições entre o Urbano e o Rural* São Paulo: Expressão Popular, 2006.
- VASCONCELLOS, Sylvio de; *Arquitetura no Brasil: sistemas construtivos* Belo Horizonte: UFMG, 1979.
- WERMER, Günter; *Arquitetura Popular Brasileira* São Paulo: Martins Fontes, 2005.
- ZERZAN, John; *Futuro Primitivo* - Porto Alegre: Deriva, 2006.